

## GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Comissão: 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde

**Data:** 11/03/2004

**Hora:** 9h30min

**Folhas:** 01 a 93

**Duração:** 4h15min

**Presidente:** Deputado Ricardo Duarte

**Deputados:** Deputada Jô Moraes  
Deputado Célio Moreira  
Deputado Fábio Avelar  
Deputado Doutor Viana  
Deputado Carlos Pimenta

**Participantes:**

- Marcelino Antônio Edwirges
- Vereador Otávio Freitas
- Marta de Freitas
- Marcelo Wagner Pereira Lopes
- Delegado Carlos Alberto Menezes de Calazans
- Jandira Maciel da Silva
- Nicodemus de Arimathéia e Silva Júnior
- Promotora Josely Ramos Pontes
- José Antônio de Lacerda
- Delma Moura Andrade
- Paulo Franco Kalunga
- João Paulo Pires
- Marcos Barbonaglia da Silva
- Vereador Paulo Augusto Santos
- Deonílio de Carvalho
- Maria Auxiliadora
- Elder Pacheco
- Antônio Marques Ferreira
- Vereador Ronaldo Marques Ferreira
- Vice-Prefeita Nancy Souto
- José Carlos Rodrigues
- Evaristo Garcia

**OBS.: Notas taquigráficas sem revisão dos oradores.**

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 2

O **Sr. Presidente (Deputado Ricardo Duarte)** - Há número regimental. Declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura da Comissão de Saúde. Com a palavra, para proceder à leitura da ata, o Deputado Célio Moreira.

A **Deputada Jô Moraes** - Sr. Presidente, solicito dispensa da leitura.

O **Sr. Presidente** - Não havendo quem se oponha ao requerimento da Deputada Jô Moraes, dispenso a leitura da ata e dou-a como aprovada. Solicito aos Deputados que a subscrevam.

No uso de suas atribuições, a Presidência designa o Deputado Neider Moreira relator, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.270/2003, do Deputado Célio Moreira, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 14.567, de 9/1/2003, autorizando o Poder Executivo a classificar o grupo sangüíneo e o fator RH juntamente com o exame do pezinho e dá outras providências.

Avoco a mim a relatoria, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.302/2003, da Deputada Jô Moraes, que institui o Dia Estadual do Acupunturista, a ser celebrada anualmente no dia 29 de novembro em todo o Estado de Minas Gerais.

A finalidade desta reunião é debater, em audiência pública, a situação em que se encontram os trabalhadores, portadores de silicose da Mineração Morro Velho, do Município de Nova Lima.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 3

Registramos a presença das Sras. Jandira Maciel da Silva, Coordenadora de Atenção Integral da Saúde e do Trabalhador da Secretaria de Estado da Saúde, e Marta de Freitas, Chefe do Centro Regional do FUNDACENTRO-MG, representando o Secretário de Estado de Saúde Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva; dos Srs. Carlos Alberto Menezes de Calazans, Delegado Regional do Trabalho de Minas Gerais; Marcelo Wagner, representando o Dr. Roberto de Carvalho Silva, Diretor-Presidente da Mineração Morro Velho; do Sr. José Antônio de Lacera, Presidente da CUT-Minas; do Sr. Marcelino Antônio Edwirges, Presidente do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima e Região; e do Vereador Otávio Freitas, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Nova Lima.

A Presidência ainda registra a presença das Sras. Delma Moura Andrade, coordenadora do Departamento Jurídico do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima; e Nancy Souto, Vice-Prefeita de Raposos; e dos Srs. Paulo Franco Kalunfa, mineiro, portador de silicose, e João Paulo Pires, Diretor da Federação da Indústria Extrativa Mineral.

Com a palavra, a autora do requerimento que motivou esta reunião, Deputada Jô Moraes.

**A Deputada Jô Moraes** - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Duarte, demais membros da Comissão, primeiramente quero agradecer a prontidão em atender o requerimento apresentado por nós e a agilidade com que tentaram tratar o assunto.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 4

Representantes dos trabalhadores mostraram-se preocupados não apenas com a situação anterior dos trabalhadores acometidos pela doença, que necessitam de cobertura, mas também com a atual situação e com o padrão de qualidade do diagnóstico dos atuais trabalhadores. Para nós, o mais importante é escutar o depoimento de cada trabalhador, os órgãos do Governo, a imprensa, para que, em seguida, possamos tomar as decisões. Por isso, prefiro fazer uso da palavra ao final dos trabalhos.

**O Sr. Presidente** - A Presidência registra a presença do Sr. Marcos Borbonaglia da Silva, Presidente do INSS de Minas Gerais, e do Deputado Doutor Viana, que foi o relator da CPI que estudou o problema da mina de Morro Velho.

Como são nove inscritos para falar, além dos debates, estabeleceremos um prazo de 10 minutos para que cada um faça a sua exposição. Primeiramente, passaremos a palavra aos representantes dos trabalhadores, depois aos representantes da empresa, do Ministério Público, da DRT, do Conselho Estadual de Saúde e da Secretaria de Saúde. Com a palavra, o Sr. Marcelino Antônio Edwirges, Presidente do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima e Região.

**O Sr. Marcelino Antônio Edwirges** - Bom-dia a todos. Agradeço à Deputada Jô Moraes e ao Deputado Ricardo Duarte a atenção dispensada aos moradores de Nova Lima e região na questão da silicose. Infelizmente, como o teatro é pequeno, aproximadamente

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 5

1.200 pessoas tiveram de ficar do lado de fora para acompanhar os trabalhos desta Comissão.

O que nos levou a solicitar à Assembléia Legislativa esta reunião foi a situação de penúria em que se encontram os trabalhadores de Nova Lima, Raposos, Sabará, Rio Acima e Caeté desde 1991. Infelizmente, as coisas nem sempre acontecem da maneira como tem de ser. Hoje, estamos com aproximadamente 7.500 ações em andamento só no sindicato, sem contar as dos advogados particulares. Estimamos que no Estado de Minas Gerais esse número ultrapasse a 15 mil portadores de silicose. Isso porque no passado a Mineração Morro Velho ia buscar trabalhadores em todo o interior para trabalharem em suas minas. Hoje, aproximadamente 4.500 silicóticos, só na nossa região, esperam uma decisão da justiça.

Segundo entendimento da diretoria do sindicato, os exames que estão sendo realizados pela equipe médica designada pela Mineração Morro velho não nos atende. Existem laudos comprovando que as pessoas têm silicose, mas quando estas vão até a empresa, que banca desde o faxineiro até o médico coordenador, esses laudos são negados. Também temos provas de que trabalhadores que passaram pelo exame da empresa para efeito de indenização, no qual foi constatado que não eram portadores de silicose, vieram a falecer no período de dois, três meses. Ficamos indignados com esses casos estarrecedores.

Não estamos aqui pedindo ajuda, mas pedindo socorro à Assembléia Legislativa, ao Governo do Estado e até ao Governo  
Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 6

Federal, porque a situação na nossa região é uma catástrofe. Lá fora, há pessoas que estão morrendo, usando bomba de ar porque os pulmões já não têm condições de trabalhar sozinhos. Vocês terão oportunidade de vê-las.

O caso do Sr. Luiz de Figueiredo é um daqueles em que a Mineração Morro Velho alegou que ele não era portador de silicose. Está aqui o resultado da empresa: "ausência de silicose". Pouco tempo depois de passar por esse exame da Mineração Morro Velho, o laudo fornecido pelo médico que é o coordenador do Centro de Pneumologia foi em folha timbrada da Mineração Morro Velho e não em folha timbrada do Centro. Pouco tempo depois, esse trabalhador passou mal e foi para Policlínica Municipal de Nova Lima com o diagnóstico de silicose. Infelizmente, nove dias após veio a falecer. Estamos com o seu atestado de óbito, em que a "causa mortis" foi choque séptico, pneumonia aguda e silicose. Por isso e por muito mais coisa que está ali fora - assim que acabar esta audiência, vocês terão a oportunidade de acompanhar - não confiamos nos laudos da Mineração Morro Velho.

Temos também centenas de exames nos quais o médico, enquanto a serviço do sindicato, diagnosticou que o trabalhador era portador de silicose. Isso nos causava problemas políticos porque esse médico mandava os trabalhadores fazer uma série de exames, que demoravam muito. Falávamos que era para a segurança deles, para que o laudo fosse inquestionável. Infelizmente, agora, a serviço da

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 7

Mineração Morro Velho, esse médico vai contra o seu próprio laudo. Ele foi denunciado por vários trabalhadores no Conselho Regional de Medicina. Por esse e por muitos outros casos é que não confiamos mais nos exames feitos pela Mineração Morro Velho. Enquanto havia a participação do sindicato, as coisas correram até bem. Em cada 10 exames encaminhados à Mineração Morro Velho constatava-se que oito, nove eram portadores de silicose. Infelizmente, depois que a Mineração Morro Velho passou a fazer isso sozinha, sem o acompanhamento do sindicato, as coisas inverteram. Em cada 10 exames que encaminhamos, nove são negados. Temos uma triste notícia para dar: a partir de dezembro a justiça comum julgou-se incompetente para julgar as ações dos portadores de silicose. Essa ação está na justiça desde 1991. Daí para frente, até os laudos de um ano atrás que a empresa tinha para dar, começou a soltar agora. Temos em mão os dados a partir de dezembro de 1999, mas em nenhum caso encaminhado à empresa constatou-se portador de silicose. Segundo a empresa, de dezembro de 2003 até hoje tivemos 694 casos negativos e nenhum silicótico. Vocês verão lá fora exemplos absurdos e de pessoas que a empresa diz não serem portadores de silicose. Por isso, estamos aqui num movimento pacífico e ordeiro. Depois do acordo feito com a FUNDACENTRO e com a DRT, em 1995, a empresa disse que iria se empenhar para que não houvesse mais casos de silicose. Infelizmente, tivemos casos de silicóticos de 1995 para cá. Temos provas disso, são casos reconhecidos até pela própria empresa, por exames médicos.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 8

Esses trabalhadores entraram na empresa depois de 1995. Estranhamente, no exame periódico da empresa a doença não foi constatada. Ela pode até alegar que as pessoas não estavam capacitadas, mas aqui reconhece que esse trabalhador é portador de silicose. A nossa preocupação é a seguinte: será que as medidas adotadas para que a silicose fosse erradicada ou pelo menos reduzida estão funcionando? Hoje, a empresa, devidamente documentada, alega que esses trabalhadores não são portadores de silicose.

Pedimos à Comissão de Saúde que os exames feitos nos trabalhadores na ativa sejam mais rigorosos, tenham acompanhamento de pessoas capacitadas e passem por médicos que não sejam ligados à empresa ou ao sindicato. Assim, teremos a certeza de que aquele trabalhador não está doente naquele momento. Não confiamos mais na Mineração Morro Velho, nem no caso das indenizações por silicose, nem no caso dos exames periódicos. Fica aqui o pedido de socorro do Sindicato dos Mineiros, da Associação dos Aposentados de Nova Lima e Região para que a Assembléia interfira nesse processo e verifique não apenas o caso das pessoas que estão aqui morrendo, sem condições mínimas de ter acompanhamento médico. Só há acompanhamento médico por parte da empresa quando esta diagnostica que o trabalhador é portador de silicose. Hoje, 4.500 trabalhadores estão jogados ao relento, sem condições de comprar sequer um medicamento. Há algum tempo, a empresa fornece medicamentos para alguns silicóticos. Agora, o trabalhador pode estar precisando de medicamento para o coração, para depressão,

Código do documento:



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 9

para pressão, que também são causados pela silicose, que a empresa não fornece. Obrigado.

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Marcelino.

**O Deputado Célio Moreira** - Sr. Presidente, antes de V. Exa. passar a palavra ao próximo convidado, gostaria que o Marcelino fornecesse o nome do médico que, quando no sindicato, fez constar portador de silicose na carteira de um trabalhador e que, na Anglo Gold, um exame negou.

**O Sr. Marcelino Antônio Edwirges** - Sílvio Mosmam. Para reiterar o que disse, vários trabalhadores, acompanhados pelo sindicato, já fizeram uma denúncia no Conselho Regional de Medicina.

**O Sr. Presidente** - Obrigado. Com a palavra, o Vereador Otávio Freitas, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Nova Lima.

**O Vereador Otávio Freitas** - Bom dia. Exmo. Sr. Deputado Ricardo Duarte, Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, na pessoa de quem cumprimento as demais autoridades legislativas e executivas, enfim, todos que estão aqui, senhores, senhoras e caríssimos trabalhadores mineiros de Nova Lima, os quais tenho muita alegria em defender e para os quais tento criar condições de melhoria da qualidade de vida.

Em função do tempo disponível de apenas 10 minutos, opto por iniciar minha fala apresentando alternativas que poderiam ser implementadas no Município de Nova Lima, com o apoio da Assembléia  
Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 10

Legislativa e dos demais envolvidos no processo. Se houver tempo, farei ainda um pequeno histórico da razão por que estamos aqui e da razão pela qual os trabalhadores mineiros têm sido tão maltratados no município em que tanto contribuíram para gerar riquezas.

Entendo que a modificação dessa situação gravíssima em que vive o trabalhador mineiro passa por três vertentes. A primeira é tentar buscar políticas públicas que garantam uma melhoria da qualidade de vida do mineiro e de toda a sua família, já que o comprometimento da saúde desse trabalhador ou mesmo a sua morte leva a família a uma situação de miserabilidade, pois é o seu provedor e, se não pode mais provê-la, acaba por comprometê-la.

Existem dezenas de trabalhadores e dezenas de descendentes desses que se encontram desempregados, mas que poderiam estar sendo incorporados ao mercado de trabalho através da efetivação de um cadastramento dessa mão-de-obra, cujo foco principal são as famílias dos trabalhadores mineiros, para um trabalho de capacitação e de qualificação. Assim, com essa nova política que vem sendo proposta pela Morro Velho de construção de mais de uma dezena de condomínios no eixo da MG-30, esses trabalhadores e seus descendentes poderiam ser incorporados às novas frentes de trabalho. Dessa forma estaríamos criando condições para que o alimento chegasse à casa dessas famílias e que essas pessoas tivessem trabalho.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 11

É fundamental que o passivo deixado pela Mineração Morro Velho seja resolvido com propostas de futuro. Podemos incorporar toda essa mão-de-obra ao novo processo produtivo que se inicia na cidade.

O outro aspecto é a saúde pública. Ora, é fundamental que estabeleçamos uma política pública direcionada ao atendimento verdadeiro do trabalhador silicótico. A silicose é uma doença irreversível e, à medida que o tempo vai passando, compromete ainda mais a capacidade de respiração e de oxigenação dessas pessoas, o que leva a uma morte extremamente sofrida. E tanto do ponto de vista municipal quanto do ponto de vista estadual, existe uma deficiência muito grande na área de saúde pública para atender a essa demanda criada.

Quero ressaltar, mais uma vez, que mais importante do que valorizar as riquezas minerais é valorizar aquele que, com o seu esforço, com a sua inteligência e, muitas vezes, com a própria vida, entra nos solos das minas para retirar o minério que irá adquirir valor. A nossa riqueza é o homem, que deve estar em primeiro lugar.

Finalmente, o último ponto se refere à questão da justiça, seja ela comum de Nova Lima, seja ela do trabalho. A justiça comum de Nova Lima precisa efetivamente, com todo o respeito, de investimentos profundos para que haja uma capacidade mais aprimorada de atender a essa demanda. Milhares de processos estão na justiça comum há mais de 20 anos sem, sequer, receber uma decisão.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 12

Não estamos aqui apenas defendendo uma decisão procedente. É lógico que estamos trabalhando para isso, mas não há sequer decisões improcedentes. Como diz o próprio Corregedor do Tribunal de Justiça, em Nova Lima os processos não andam, rastejam, enquanto as pessoas estão morrendo. Muitos trabalhadores mineiros já morreram e vários outros estão indo pelo mesmo caminho, sem que haja uma declaração do ponto de vista jurídico.

Agora o Tribunal de Justiça declinou da competência para analisar esses processos que estão lá desde o final da década de 80, passando-os para a Justiça do Trabalho, esquecendo-se, contudo, de que existe a prescrição do direito de ação, que é de apenas dois anos. Rescindido o contrato de trabalho, o trabalhador só pode reclamar até o prazo máximo de dois anos. Se não o fizer nesse período, seus direitos sofrem a incidência da prescrição.

Para encerrar, gostaria de fazer um breve histórico para que as pessoas entendam por que estamos aqui. Assim, acrescentarei um pouco a fala do ilustre representante do sindicato.

Em primeiro lugar, quando foi proposta essa ação contra a Mineração Morro Velho, o sindicato tinha toda a legitimidade. Mesmo assim, optou por transferi-la ao Ministério Público, o que gerou um prejuízo muito grande para os trabalhadores mineiros, porque a Morro Velho questionou a sua legitimidade para defender uma categoria profissional. Essa discussão preliminar durou dez anos e não alcançou o mérito da silicose. Portanto, o trabalhador mineiro ficou privado

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 13

de uma decisão judicial porque o sindicato não exerceu o papel que deveria ter exercido.

E mais: a experiência que temos no Município de Nova Lima tem-nos mostrado também que o sindicato não transmitiu aos seus filiados informações jurídicas. Quantos trabalhadores mineiros perderam o direito de ingressar na justiça comum, cuja prescrição é de 20 anos, porque nunca foram informados de que deveriam exercer o seu direito nesse prazo? Vários trabalhadores já nos procuraram desejando ingressar com uma ação na justiça, mas, infelizmente, não têm mais esse direito.

Outro aspecto é o acordo. Não vou dizer que apenas a Morro Velho deve ser responsabilizada. Ela é, sim, a primeira responsável por essa situação vexatória por que passa o povo de Nova Lima, até porque um acordo de R\$7.000,00 a R\$20.000,00 não paga sequer a indenização por dano material, muito menos a indenização pelo dano moral, que é a vida.

Quanto custa uma vida? Não sei se R\$100.000,00, R\$200.000,00 ou R\$300.000,00, mas sei que não custa R\$7.000,00 nem R\$14.000,00 nem R\$20.000,00. Afinal de contas, a indenização pela perda da ponta de um dedo na justiça gira hoje em torno de R\$30.000,00, R\$40.000,00, R\$50.000,00. Então, a Morro Velho tem de ressarcir esse passivo da nossa cidade, que não é apenas ambiental, mas também socioeconômico.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 14

E não é a única responsável, porque o acordo também foi assinado através do sindicato de classe, acordo esse que não representou nenhuma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores mineiros nem garantias do tratamento dessa doença enquanto as pessoas estiverem vivas. Então, há uma co-responsabilidade. Todos, nesse processo, atuaram de forma, no mínimo, questionável.

Para encerrar, o Ministério Público tem desenvolvido um trabalho de alta importância, de elevada relevância para todos, não apenas para a população de Nova Lima, mas também de todo o País. Contudo, a representante do Ministério Público, à época da assinatura do acordo, não observou as questões razoáveis que atenderiam a esses trabalhadores. Ademais, celebrou um acordo que a Morro Velho não tinha condições de cumprir, o qual, num primeiro momento, era o pagamento de uma parte em dinheiro e, depois, doações de terreno que, muitas vezes, nem da empresa eram. Mas isso tudo foi regularizado, legitimado através da ação de uma representante do Ministério Público que é exceção dentro do órgão.

Finalmente, tudo o que aconteceu não aconteceu à revelia dos poderes públicos locais. A Prefeitura Municipal de Nova Lima sempre foi conivente porque não tem independência suficiente para gerir a coisa pública sem dar bom-dia com o chapéu dos outros, sem usar o dinheiro do setor produtivo minerário do município, e a Câmara Municipal de Nova Lima agiu da mesma forma. Digo isso com muita tranqüilidade, porque os trabalhadores mineiros me abordam nas ruas e

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 15

me agradecem, dizendo que sou o único que os defende na cidade. Não sinto alegria por isso, mas tristeza, porque todos os Vereadores do Município de Nova Lima têm obrigação legal de defendê-los, porque a nossa riqueza é o povo, e não o minério de ferro nem o ouro. Obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Otávio. A Presidência registra a presença do Deputado Fábio Avelar, que foi membro da CPI da Mina Morro Velho, do Sr. Ricardo Goulart Castilho de Souza e do Vereador Paulão, da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Com a palavra, a Dra. Marta de Freitas, Chefe do Centro Regional da FUNDACENTRO.

**A Sra. Marta de Freitas** - Bom-dia a todos, membros da Mesa e trabalhadores da Morro Velho.

Há muito tempo estamos juntos. A minha participação na história da Morro Velho começa no final da década de 80, quando era Diretora da Secretaria do Trabalho. Foi composta uma força-tarefa para avaliar a situação dos trabalhadores, e a FUNDACENTRO, entidade em que estou à frente da chefia regional, junto com a Delegacia Regional do Trabalho - DNPM -, levantou essas condições, o que foi fruto de um acordo feito com o Ministério Público Estadual.

Esse levantamento visava dois focos: o primeiro objetivo era garantir melhores condições de trabalho - e continuamos persistindo nesse ideal -, e o segundo focalizava os trabalhadores que já estavam acometidos da doença, a fim de que fossem ressarcidos

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 16

para que pudessem ter uma condição mais digna de vida e, infelizmente, de morte.

O tempo passou. Recentemente a fundação teve mais uma atuação como assessora do Ministério Público num processo que tramitava na justiça do trabalho e foi verificar se as condições haviam melhorado.

O que deve ser discutido agora é o futuro, e o que está colocado aqui são as condições de trabalho, a veracidade dos exames médicos que estão sendo realizados e se estão de acordo com as normas técnicas.

A FUNDACENTRO vem, hoje, desenvolvendo um projeto em nível nacional em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho - OIT - e a Organização Mundial de Saúde - OMS. É um programa de erradicação de silicose no Brasil. É disso que podemos falar, levando-se em conta a perspectiva de dirimir as dúvidas existentes. Os exames estão sendo feitos de forma correta? Os exames podem e estão seguindo toda a metodologia, toda a técnica prescrita e conhecida?

Todos os agentes estariam envolvidos, porque a FUNDACENTRO não dá conta dessa demanda. Da mesma forma que no final da década de 80 foi preciso uma força-tarefa, colocamos a FUNDACENTRO à disposição, desde que sejam envolvidos outros agentes, a Secretaria Municipal de Saúde, o sindicato e a própria Morro Velho. É preciso



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 17

que solucionemos essa questão, ou seja, esses exames estão sendo ou não feitos corretamente?

Tive oportunidade de ver parte da documentação que o sindicato apresentou. Sabe-se que uma doença como a silicose tem um tempo de latência. Em caso de mineração, varia de cinco a 15 anos. Na Morro Velho, aconteceram alguns casos precoces, mas, em média, é acima de cinco anos. Como um trabalhador, em seis meses, não sendo portador de silicose, não tendo mais voltado dentro da mina, tenha morrido? É um ponto a ser discutido. Há alguma coisa errada nesses exames. Colocamo-nos à disposição para tal, porque a grande preocupação que tenho, como gestora da FUNDACENTRO, não é a indenização, apesar de sua importância, mas se as condições de trabalho que a FUNDACENTRO propôs no final da década de 80 estão realmente sendo cumpridas, ou seja, se fechamos ou não a fábrica de silicose de Nova Lima.

Quando falo em Nova Lima, falo do complexo das minas subterrâneas. Queremos saber se houve melhorias ou se não chegamos a tempo de impedir que vários trabalhadores tivessem silicose. Queremos saber se, a partir de agora, resolveram o problema dos novos trabalhadores. Se esses exames estiverem sendo feitos de forma incorreta, não teremos garantia do controle biológico, de que os novos trabalhadores estejam com a doença. Essa é a preocupação. Isso traz uma série de furos, de sonegações fiscais, inclusive. Sabemos que, dentro da legislação, empresas de condições inadequadas têm de

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 18

pagar tarifas a mais à Previdência. Há uma série de exigências legais, se parto do pressuposto de que o ambiente esteja sadio.

A FUNDACENTRO coloca-se à disposição para participar de um grupo. Contamos com o pesquisador Dr. Algrande(?), um dos maiores pneumologistas na questão e coordenador nacional do programa de erradicação da silicose. Em nome da Fundação, estamos colocando esse programa à disposição desta Casa, para que possamos, juntos, encontrar um acordo.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Dr. Marcelo Wagner Pereira Lopes, Diretor Administrativo da Mineração Morro Velho.

**O Sr. Marcelo Wagner Pereira Lopes** - Cumprimento os parlamentares presentes. Primeiramente, gostaria de dizer que é com muito prazer que comparecemos a esta Casa, mais uma vez, para prestar informações sobre a questão dos processos dos portadores de silicose. Há menos de dois anos, a Mineração Morro Velho foi investigada por uma CPI, que teve oportunidade de averiguar todos os processos que estavam sendo adotados em relação aos portadores de silicose e aos acordos que estavam sendo realizados.

Apenas para organizar idéias, gostaria de fazer um histórico dos acontecimentos, para que todos pudessem estar num mesmo nível de informações. Realmente, em 1991, o Ministério Público cobrou da Morro Velho uma ação indenizatória, representando, naquela oportunidade, 694 trabalhadores. Nessa ação foi discutida a questão da representação, da legitimidade do Ministério Público durante nove

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 19

anos. A empresa, dentro de uma visão jurídica e social, conseguiu, em conjunto com o Ministério Público, o sindicato e a associação dos aposentados, que esses trabalhadores portadores de silicose fizessem um acordo. E como é esse acordo? Em primeiro lugar, ele é opcional, ninguém é obrigado a fazê-lo. Em segundo lugar, seria necessária uma avaliação médica para comprovação da moléstia profissional, da silicose. Em terceiro, a doença, sendo constatada, far-se-ia o acordo e o pagamento. Na ausência da doença, o processo que se encontra na justiça continuaria correndo normalmente, deixando-se a cargo da justiça o veredicto por meio de perícia judicial. Quero ressaltar que esse modelo resultou de acordo com todos os atores do processo, sindicato, Ministério Público e associação dos aposentados. Qual a situação atual dos acordos? Já foram avaliados pela perícia administrativa médica 5.474 casos. Já realizamos 2.564 acordos. Quanto a laudos que não apresentaram a silicose, temos 2.910 trabalhadores. Resta ressaltar que, para todo laudo que apresenta ausência de silicose, é feito ainda um exame de tomografia, para que os médicos tenham mais condições de avaliação. Todos os casos citados, 2.910, passaram por uma tomografia. Os valores dispendidos com esses acordos: R\$36.820.000,00, sendo que, dessa quantia, R\$1.000.000,00 foram destinados a honorários advocatícios. Temos também conhecimento de que, além de 4% desses honorários que a empresa paga aos advogados dos autores, 10% são cobrados dos autores por esses mesmos advogados. Portanto, se fizermos uma conta, Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 20

poderemos chegar a R\$4.000.000,00 de honorários pagos. Conseqüentemente, desses R\$4.000.000,00, considerando que 86% das ações são movidas pelos advogados do sindicato, R\$3.400.000,00 foram destinados a pagamento de honorários advocatícios aos advogados do sindicato. Deixei uma pergunta para que os senhores possam fazer o próprio julgamento: a quem interessa que esse processo continue? Será que essas denúncias vazias têm algum interesse financeiro? Deixo a pergunta para que pensem.

Outro ponto que gostaria de tratar, e não poderia deixar de fazê-lo, é quanto à assistência que esses portadores têm recebido da empresa. Como disse anteriormente, foi instalada uma CPI, e uma das sugestões foi a criação e construção de um centro de referência em pneumologia. Ele foi construído pela empresa, em parceria com a Prefeitura de Nova Lima e a Fundação Hospitalar Nossa Senhora De Lourdes. Esse centro custou-nos R\$570.000,00. Hoje ele presta assistência a toda população de Nova Lima, de Raposos e de Rio Acima, além de atender, por meio de um convênio firmado empresa e Fundação Hospitalar Nossa Sra. de Lourdes, portadores de silicose. Ele presta assistência médica, hospitalar e fornece medicamentos gratuitos. Até agora, esse programa já absorveu R\$500.000,00.

Por fim, gostaria de dizer que a empresa assumiu a posição de fazer acordo e dar um caráter social à questão. Lamentamos que isso venha a ser desvirtuado. Não sabemos para que fim tal coisa acontece. Não podemos fazer com que as pessoas que adquiriram

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 21

silicose venham a ser saudáveis hoje. Não temos como voltar ao passado, mas, pelo menos, poderemos propiciar-lhes uma qualidade de vida melhor. E isso estamos tentando fazer, por meio dos acordos, da assistência médica, dos medicamentos e da hospitalização. Além disso, estamos adotando medidas preventivas, com novas tecnologias empregadas na mina, medidas de prevenção, saúde, higiene, que podem ser comprovadas a qualquer momento pelos senhores.

Gostaria de entregar a cada parlamentar um documento que esclarece e dá mais informações sobre essa questão aqui discutida.

Aproveito a fala da Marta para dizer que também somos integrantes do programa nacional de erradicação da silicose, capitaneado pela FUNDACENTRO. Fazemos parte como empresa que tem interesse em que a doença seja erradicada totalmente.

Deixo um convite, aberto a todos os parlamentares, para que conheçam nossos processos, nossos procedimentos e a seriedade com que tratamos essa matéria, em termos de saúde, segurança e medicina do trabalho.

Era o que tinha a dizer. Agradeço a oportunidade de dar todas as informações possíveis. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Sr. Carlos Alberto Menezes de Calazans, Delegado Regional do Trabalho.

**O Delegado Carlos Alberto Menezes de Calazans** - Em primeiro lugar, cumprimento a Comissão, na figura do meu amigo Deputado Ricardo Duarte, que vem desenvolvendo esse belo trabalho, bem como  
Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 22

aos demais companheiros presentes, minha amiga do Ministério do Trabalho, Marta de Freitas.

Fui a Nova Lima, em 1995, para acompanhar uma assembléia de trabalhadores que estava acontecendo para promover um acordo salarial, dirigida pelo Genaro, antigo Presidente do sindicato. De 1985 até hoje, de alguma forma acompanhei os movimentos, as lutas dos trabalhadores e as negociações em Nova Lima. Talvez seja uma das poucas pessoas que teve condições de conhecer todo o complexo da empresa na África do Sul. Estive lá pela CUT, com o CNA e a COSSAT, central sindical sul-africana. Fui às minas da África do Sul e também tive oportunidade de ir ao fundo da mina de Morro Velho. Quero dizer à Comissão que há muita similaridade no complexo das minas. Sabemos e estamos fazendo um esforço, a Márcia colocou isso muito bem, para erradicar a doença. A empresa colocou e falou bem o que poderemos fazer por aqueles que já adquiriram a doença. Talvez esse questionamento tenha de ser feito porque temos de saber como resolver isso.

A primeira pergunta que vem, e aqui quero falar em nome do Governo Lula, do Ministério do Trabalho, é: isso tem preço? E, tendo um preço, qual será? É possível voltar ao tempo e dizer que ninguém mais terá silicose? Os filhos, os pais, a família não vão ser afetados por essa doença? As pessoas de 30, 40, 50 anos não vão ficar alijadas de um trabalho saudável? Sabemos, e o retrato é a classe operária de Nova Lima, que o trabalho e o esforço desenvolvido ao longo dos anos

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 23

envelheceu precocemente toda uma geração. Infelizmente, Dr. Marcelo, falo com conhecimento de causa, pois os companheiros deram mais do que receberam, produzindo um bem da humanidade, o ouro. O nosso Vereador colocou bem a questão do sindicato. Acompanhei quase todas as diretorias e acho que ninguém agiu de má-fé.

Pode ter havido erros e dificuldades, mas, nesse momento em que os trabalhadores mobilizam-se e vêm à Assembléia Legislativa, uma coisa é certa: nenhuma negociação, nenhum acordo judicial conseguiu até agora resolver o problema. Mesmo com os acordos, ninguém ficou satisfeito. Todos acham que receberam menos do que mereciam.

Em que pese ao aspecto legal, o que pode ser recuperado? Como Governo, afirmo que não queremos denegrir a imagem de uma empresa que gera empregos e traz divisas para o País, mas sabemos que, por muito menos, as indústrias americana e brasileira do tabaco tiveram de fazer acordo com milhões de vítimas do cigarro.

O que pode fazer uma indústria multinacional que vê uma parcela de seus trabalhadores colocada precocemente à margem do mercado de trabalho? Como garantir-lhes uma vida melhor? E o que é melhor? Será que R\$3.000,00, R\$5.000,00 ou R\$10.000,00 pagam o envelhecimento precoce? A silicose tem altas conseqüências: atinge não apenas a pessoa, mas toda a sua família.

Em nome do Ministério do Trabalho, pergunto a Márcio Barbonaglia, Superintendente do INSS, se não seria interessante a DRT

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 24

e o INSS fazerem uma releitura do histórico e da perícia, para saberem atuar nesse caso como dois órgãos do Governo federal.

Não quero que pensem que o Governo ou pessoas estejam querendo retaliação. É absolutamente legítimo o que propomos. O que pensar quando uma empresa que, ao longo dos anos, vem lucrando e auferindo dividendos e que, amanhã ou depois, abandona a cidade, com seus trabalhadores morrendo nas ruas, nas casas, e vai buscar investimentos em outros lugares? Não é isso que queremos para o nosso País, não é isso que queremos para os nossos filhos. Uma empresa que dá retorno aos cidadãos dá retorno à cidade. No caso, Nova Lima e Raposos geraram dividendos para o mundo.

Cabe aos órgãos federais dialogar com a Morro Velho e com as instâncias judiciais. Na próxima semana, Márcio e eu teremos um encontro com o Presidente do Tribunal do Trabalho para ver a quantas anda a situação, já que a justiça alegou não ter poderes para rever e reanalisar os acordos e já que todos foram enviados para a Justiça do Trabalho. Podemos discutir com o Presidente do Tribunal e com o sindicato que ação o Tribunal do Trabalho pode implementar no caso, e se é possível, sobretudo, avocar a si, a seu pleno, e não à instância em Nova Lima, a discussão da matéria.

Caso seja possível, sugiro alguns passos: primeiramente, o INSS e a DRT analisariam a questão ouvindo o sindicato e as empresas, para resolver problemas já criados e evitar que novos surjam, naturalmente sob a assessoria e o acompanhamento da FUNDACENTRO. Num Código do documento:



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 25

segundo momento, discutiríamos com o Ministério do Trabalho a competência do julgamento, para ver se o Tribunal do Trabalho entra com decisões do pleno de Belo Horizonte. Levaríamos, depois, a discussão para a Câmara dos Deputados, porque estamos lutando pelos silicóticos do Brasil, e não apenas pelos de Nova Lima.

Precisamos fazer um mutirão nacional para que a doença não continue mutilando e eliminando homens e mulheres do mercado de trabalho. Como? Gerando uma discussão nacional, não com a intenção de destruir as empresas do ramo ou de impor indenizações astronômicas. Não. O objetivo é resgatar a vida das pessoas que deram seus dias e noites para construir a riqueza daquelas empresas.

Necessidade fundamental é que os trabalhadores também se mobilizem para levar a discussão ao Supremo Tribunal Federal e, dessa forma, ampliá-la. Já que as autoridades municipais, que deveriam olhar de perto o problema dos silicóticos, viraram-lhes as costas, que a justiça nacional, o Supremo e a Câmara dos Deputados cuidem do caso. Que a Assembléia Legislativa seja a porta por onde sairá o movimento.

Reconhecemos o esforço de uma empresa que vem para o País gerar empregos e rendas. Como Governo, garanto que nem o Governo Estadual nem o Federal querem fazer queda-de-braço com as empresas; no entanto, INSS e DRT têm plena certeza de que é possível melhorar as condições de vida dos trabalhadores que a elas dedicaram tantos

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 26

anos e que construíram sua riqueza. Essa vida precisa ser recuperada. E não daqui a 10 ou 20 anos. É agora, é já.

Não conseguiremos fechar todos os erros, todas as dificuldades e todas as dúvidas do passado, mas, certamente, conseguiremos abrir uma porta para que a dignidade entre nos lares dos trabalhadores das minas em todo o Brasil. (- Palmas.)

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, a Dra. Jandira Maciel da Silva, Coordenadora de Atenção Integral da Saúde dos Trabalhadores da Secretaria de Saúde, representando o Secretário Marcus Vinícius Pestana.

**A Sra. Jandira Maciel da Silva** - Bom-dia a todos. É um prazer estar discutindo o assunto nesta Casa, embora a palavra "prazer" seja dúbia no caso. É sempre bom e salutar acompanhar a movimentação dos trabalhadores em busca da saúde e de melhores condições de trabalho, mesmo que seja numa fase de adoecimento, sofrimento e perda dessa capacidade.

A Secretaria de Saúde vem acompanhando a problemática dos trabalhadores de Nova Lima há aproximadamente dois anos, quando foi, pela primeira vez, cobrada para realizar os exames médicos periciais e judiciais e, com isso, dar suporte à justiça na definição de 4.500, 7.500, 8 mil, 10 mil, 12 mil ou 15 mil casos.

Não sabemos exatamente qual é o montante; não sabemos precisamente com que universo estamos lidando. De qualquer forma, estamos falando de um número expressivo de trabalhadores acometidos

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 27

pela silicose, ou possivelmente acometidos, o que por si só já caracteriza um grave e acentuado problema de saúde pública.

De início, é importante deixar claro dois ou três aspectos a respeito da competência do SUS. Primeiro: do ponto de vista constitucional, legal e jurídico, não cabe ao SUS realizar exames médico-periciais, exames médico-judiciais. Não é seu papel. O papel do SUS, que se realiza nos níveis de gestão federal, estadual e municipal, é desenvolver ações que visem prestar assistência médica à população - em que se incluem naturalmente os trabalhadores -, ações de prevenção de risco a doenças, a agravos e a acidentes, e ações de promoção à saúde. Nesse amplo campo, um conjunto de ações são realizadas pelo Governo Federal, especificamente pelo Ministério da Saúde; outras, pelo Governo Estadual, por meio da Secretaria de Saúde; e outras, pelo município, por meio das Secretarias Municipais de Saúde.

O nível estadual, que aqui represento, tem o papel de fazer gestão, trabalhar com a indução de políticas, organizar sistemas, desenvolver ações de vigilância e de promoção da saúde, mas não é definitivamente seu papel realizar ações de assistência. Isso cabe ao município. E aproveito para dizer ao Vereador Otávio que, a meu ver, deveríamos organizar imediatamente um serviço de atenção à saúde do trabalhador em Nova Lima, embora o município, do ponto de vista da gestão da saúde, por razões que teremos de ver, esteja atrasado.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 28

Há dois níveis de gestão de saúde: a plena, quando o município recebe recursos diretos do Governo Federal e tem, portanto, maior autonomia para organizar seu nível de gestão de saúde. Nova Lima está no nível de gestão da atenção básica, que fica um pouco atrás. Isso pode trazer dificuldades, mas não deve, de forma nenhuma, impedir-nos de organizar um serviço de atenção à saúde do trabalhador na pauta de políticas públicas, que terá como grande objetivo desenvolver ações de assistência, vigilância, promoção e capacitação. Repito: jamais o SUS teve como papel principal realizar ações de perícias médico-judiciais. Se entrar nessa seara, seu papel estará absolutamente deturpado.

Concordo plenamente com o Otávio quando diz que, do ponto de vista de políticas públicas, estamos distanciados do município, ausentes mesmo.

A partir desse encontro, talvez possamos começar a desenvolver algumas ações concretas para solucionar essa questão.

Neste momento está sendo feito um debate extremamente importante no Ministério Público sobre a aproximação do SUS e o Ministério do Trabalho, no que diz respeito à questão da vigilância dos ambientes de trabalho. Isso é importante porque, historicamente, existe uma grande dificuldade para entrar nos locais de trabalho e desenvolver ações de vigilância, correção e intervenção. Não é a toa que a Marta disse que desde 1970, 1985, 1990 e 1991 algumas ações têm acontecido na Mineração Morro Velho, que infelizmente, não têm tido

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 29

resultados satisfatórios. É necessária uma maior democratização do espaço de trabalho para que o poder público entre nesses espaços e desenvolva suas ações de intervenção. Estamos caminhando nesse sentido. Depois dessa reunião no Ministério Público, tenho certeza de que avançaremos nesse campo.

Feita essa introdução, entendo que o objetivo maior deste encontro é encontrar uma saída para o problema dos 7.500 ou 8 mil trabalhadores que têm ações na justiça comum, que está declinando dessa competência, contra a Mineração Morro Velho, solicitando algum tipo de indenização devido à possibilidade de serem portadores de silicose.

Nosso debate tem que buscar uma solução para essa questão. Esse assunto já foi tratado na secretaria há um ano e meio, quando tentamos resolver a questão e fizemos uma capacitação de colegas médicos para que avaliassem os raios X de tórax. Mas, infelizmente, essa ação não caminhou, até porque houve mudança de Governo e uma desmobilização. Temos que juntar os esforços entre a Secretaria de Saúde e o Ministério do Trabalho, por meio da DRT, da FUNDACENTRO, do INSS e da Previdência Social, para compormos uma equipe de trabalho que faça um planejamento de exames deste pessoal.

Essa demanda já chegou ao Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa. Na segunda-feira, recebi um telefonema do Ministério da Saúde dizendo que dois trabalhadores escreveram para o Ministro relatando sua situação e pedindo a intervenção do Ministério da Saúde, que se

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 30

colocou à disposição para compor esse grupo, para solucionar essa situação.

Em Belo Horizonte, temos equipamentos de saúde e condições de participar desse grupo na busca da solução do problema. Temos hospitais em condições de realizar Raios X de tórax dentro do padrão estabelecido; a espirometria, que é um exame importante para definir o grau de perda da capacidade funcional, e a tomografia, como citou o Dr. Marcelo, um exame importante em algumas situações. Temos ainda o Centro Estadual de Saúde do Trabalhador, localizado na UFMG, que pode ser um "locus" que, ao longo de determinado tempo, estaremos examinando. Nesse processo, necessitamos do apoio da Assembléia, porque precisamos de recursos financeiros para compor uma equipe. Precisamos de uma equipe de profissionais médicos capacitados e habilitados para dar uma resposta.

Desses 8 mil, 12 mil ou 15 mil casos, uma parcela terá silicose. Estamos discutindo a doença e não o sofrimento e a exploração relacionada a um sistema de trabalho dentro da Mineração Morro Velho. Desses milhares de casos, teremos um grupo que tem a doença e um que não tem e temos que dar conta de lidar com essa realidade. Silicose é uma coisa, e sofrimento no trabalho é outra. Estamos discutindo sobre a silicose.

Essas são as considerações da Secretaria de Saúde, que entende seu papel dentro da política pública e coloca-se parceira num

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 31

esforço do Estado para buscarmos a solução para o problema da silicose. Muito obrigada.

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Dra. Jandira.

O Deputado Fábio Avelar terá que se ausentar e, por isso, passarei a palavra a ele primeiramente. Depois, passarei a palavra ao Nicodemus e ao José Antônio Lacerda.

**O Deputado Fábio Avelar** - Cumprimento o Sr. Presidente, todos os Deputados, demais autoridades, a empresa, seus funcionários e trabalhadores aposentados. Agradeço a deferência, Sr. Presidente, porque não poderia me ausentar sem me pronunciar. Acredito que conseguirei retornar antes do final da audiência, pois tenho, juntamente com o Deputado Doutor Viana, uma reunião agendada com o Secretário Danilo de Castro. Combinei com o Doutor Viana que ele ficaria aqui, tendo em vista que foi o relator da CPI, e eu me deslocaria até o Palácio para a reunião. Acredito que conseguirei estar presente no final dos trabalhos para participar dos debates finais.

Também fui membro da CPI e, na época, fomos mal entendidos. Procuramos avaliar as condições da empresa, fizemos um trabalho que durou quase 120 dias, várias audiências públicas foram realizadas, fizemos uma visita às instalações da empresa e, naquela oportunidade, a CPI constatou que a silicose não estava mais sendo observada na atualidade. Constatamos as medidas tomadas pela empresa para diminuir ao máximo a possibilidade da ocorrência da silicose. A CPI

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 32

testemunhou esse fato, mas não podia deixar de reconhecer os problemas que ocorreram no passado. No relatório da CPI, fizemos uma série de recomendações e sugestões à empresa, Prefeitura, Estado, alguns organismos ao nível federal.

Sugiro ao Presidente da Comissão de Saúde que, no decorrer dos seus trabalhos, faça uma avaliação sobre o relatório da CPI, em que foram apresentadas as sugestões daquela comissão. Um fato importante sobre o qual temos que nos debruçar é a denúncia sobre a veracidade dos exames médicos. Essa questão foi colocada, e é necessário que se esclareça isso à população e a todos os funcionários da empresa, que são os principais interessados. A FUNDACENTRO e várias pessoas, como o Carlos Calazans, já se colocaram à disposição para fazer parte dessa comissão, que é de fundamental importância para os esclarecimentos.

Era o que tinha a dizer. O Deputado Doutor Viana me representará até meu retorno. Aprovamos o relatório do Deputado Doutor Viana e endossaremos tudo o que ele disser, porque fizemos esse trabalho de maneira conjunta. Nosso relator, na época da apresentação do relatório, tornou disponível o relatório com uma grande antecedência para que todos tivéssemos acesso. Peço licença a todos para me retirar, mas espero estar presente novamente antes da conclusão dos trabalhos. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Deputado Fábio Avelar.



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 33

Com a palavra, o Dr. Nicodemus de Arimathéia, representando o Conselho Estadual de Saúde.

**O Sr. Nicodemus de Arimathéia e Silva Júnior** - Cumprimento o Sr. Presidente, demais Deputados e membros da Mesa.

O Conselho Estadual de Saúde agradece o convite para falar a respeito do sofrimento de famílias de empregados e ex-empregados da Mineração Morro Velho. Temos acompanhado a questão da silicose em Nova Lima. A Dra. Jandira fez menção a uma comissão interdisciplinar que atuou há um ano e meio, da qual o Conselho fazia parte. Essa comissão promoveu a capacitação de alguns profissionais médicos para que fizessem as perícias de cerca de 7 ou 8 mil pessoas, e já falam em 12 mil pessoas. Essa capacitação foi promovida, e é bom lembrar que, nessa época, a Mineração Morro Velho fez o custeio e pagou profissionais especializados para fazer esses exames e outras ações. De certa maneira, interrompeu esse processo alegando que estava custeando a criação de um centro de referência de pneumologia. Não sei como anda esse empreendimento, mas teríamos que fazer uma diferenciação, já que se falou na suspeição de alguns laudos médicos emitidos em desfavor de uma das partes. Temos de dizer que perícia médica é diferente de consulta médica, pois a perícia começa logo após a saída do periciando. A vítima, o trabalhador, não é um paciente do perito, que é uma pessoa que tem a confiança do juízo. Em condições adequadas, esse trabalhador, que está ofendido no seu direito, procura o amparo da justiça e é encaminhado a um perito, que

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 34

deve ter uma qualificação. Existem trabalhos científicos e a percepção, no Judiciário, de que esse profissional deve ter a especialização em pneumologia e seus exames devem ser especializados. Não são raios X quaisquer, é um aparelho que deve ter uma calibração adequada. O exame deve ser feito por um técnico que conheça as normas internacionais sobre a maneira adequada de fazer esse exame, para que mostre a situação real do sofrimento do paciente. E, em caso de esse exame radiológico, que é menos complexo e até mais barato, não ser esclarecedor ou se houver conflito de percepção entre dois peritos em relação à presença da doença ou do seu grau, deverá ser feito outro exame mais complexo e mais claro, que seria esclarecedor, um tira-teima. A perícia começa depois que o periciando sai do consultório, e é com base nesses exames, naquilo que foi declarado na história de cada caso, juntamente com o resultado e as chapas, que o diagnóstico será feito. Não é algo feito de uma hora para outra para atender a essa população de 7, 8, 9 ou 12 mil pessoas, são meses de trabalho de uma equipe altamente especializada, e existe um custo. Temos uma documentação mostrando que a Mineração Morro Velho já pagou cerca de R\$600,00 para cada perícia - em uma delas chegou-se a cobrar mais de R\$700,00. E a mineração se furtou a custear uma despesa de cerca de R\$180.000,00, há alguns anos, alegando que estava custeando esse centro de referência em pneumologia.

Como Conselho Estadual de Saúde, temos a percepção de que há um desequilíbrio de forças entre os interesses do capitalista, do

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 35

trabalhador e da sociedade como um todo - os vitimados e os não vitimados -, que está pagando as internações e os tratamentos feitos por meio do SUS, que, como os senhores bem sabem, vive uma eterna crise de financiamento. Assim, precisamos da intervenção do Ministério Público, enfim, da justiça, para que cheguemos a um bom termo com relação à assistência e à cobertura dos direitos de seguridade e previdência desses trabalhadores. Então, o Conselho Estadual de Saúde poderia, em princípio, avaliar a possibilidade de que, por exemplo, os próprios trabalhadores, talvez por meio do FAT, juntamente com a FUNDACENTRO, viessem a custear o pagamento e o treinamento de profissionais médicos, de tal maneira que não houvesse dúvida alguma, que não houvesse o entendimento de que um ou outro trabalhador que não tenha caracterizada a doença... Ora, entre os empregados da empresa, há desde o profissional de portaria ao que trabalha no fundo da mina. Então, qual é o grau de exposição que sofre cada um desses empregados? Qual o risco potencial de cada um deles de vir a adquirir a doença? Em tese, qualquer pessoa, sentindo que está acometida da doença, teria o direito de buscar o amparo da justiça, que, por sua vez, precisa ter o amparo de um profissional médico habilitado e da confiança do juízo para fazer esses exames. Obviamente, caberia também o que é chamado, no processo, de assistência técnica; ou seja, o sindicato também pode ter um médico de sua confiança para acompanhar a perícia de cada um deles. E a

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 36

empresa ainda pode mandar um terceiro médico para fazer esse acompanhamento.

Então, há possibilidade de se conduzir o assunto a bom termo, mas temos esbarrado sempre na questão de quem paga a conta. Até então, os trabalhadores têm sido o lado mais fraco da história, e a sociedade como um todo tem custeado, bem ou mal, o tratamento e a tentativa de recuperação desses profissionais que foram submetidos a determinadas condições de trabalho que os levaram a adquirir a silicose, uma doença do pulmão que, como sabemos, não se estanca com o término da atividade - ela é progressiva; continua alterando as funções respiratórias e tem repercussões no aparelho cardiovascular e em outros sistemas, a ponto de incapacitar o indivíduo de fazer uma atividade simples como levantar-se de uma cadeira e correr até a janela para ver quem tocou a campainha de casa, tal o incômodo que promove. Não tenho de explicar isso aos senhores' porque, se não são vocês mesmos sofredores dessa doença, com certeza conhecem vários companheiros de trabalho que a contraíram e sabem bem da diferença entre a sua situação quando fortes trabalhadores e a situação de inválidos em que vivem hoje.

Encerrando, o Conselho Estadual de Saúde atesta e declara a importância do trabalho que esta Casa tem empreendido nos últimos anos para solucionar essa questão. Com as poucas armas que tem, com o limitado arsenal de que dispõe para enfrentar esse tipo de questão, o Conselho se faz presente hoje para hipotecar solidariedade aos

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 37

trabalhadores e manter a vigilância com relação a esse processo, para garantir ou tentar garantir de todas as formas o direito desses cidadãos que foram acometidos de uma doença do trabalho. Obrigado.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, a Dra. Josely Ramos Pontes, Promotora de Defesa da Saúde.

**A Promotora Josely Ramos Pontes** - Bom-dia a todos. Como Promotora de Justiça da Comarca de Belo Horizonte, ligada à saúde pública, quase me retirei quando vi essa movimentação, porque a questão não envolve a saúde pública de Belo Horizonte. Em meu entender, a silicose só se torna um problema de saúde pública porque, infelizmente, as atividades produtivas no Brasil repartem os prejuízos e ficam com os lucros. A vocação de Minas Gerais para a atividade minerária tem-nos rendido alguns problemas de que vamos nos lamentar ainda por alguns séculos. Hoje, vemos aqui os rostos das vítimas dessa atividade, mas muitas vítimas inominadas ainda estão perambulando por aí, em função dos danos causados pela mineração feita da maneira como se permite neste Estado - não é apenas em Nova Lima; em toda a região do Quadrilátero, ou melhor, em todo o Estado, essa vocação minerária tem-nos tirado o sono, e o Ministério Público tem-se esforçado para garantir que a famosa caixa-d'água do Brasil não se torne seca daqui a 50 ou 100 anos.

Concordo plenamente com o Dr. Nicodemus, e discordo do Vereador de Nova Lima quando diz que a silicose é um problema de saúde pública. Não é; trata-se de uma doença profissional, que,  
Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 38

portanto, tem de ser assumida integralmente pela empresa que a provoca. Acho que o Estado tem o dever de capitanear essa discussão para obrigar aqueles que no passado tiveram esse descuido a assumir as conseqüências dessa atividade que, desnecessariamente, gerou não apenas a silicose, mas várias doenças - e lembro que estamos falando de Nova Lima, mas há outros municípios que enfrentam a mesma situação; apenas não têm a organização sindical de Nova Lima. É preciso que o Estado assuma o papel de capitaneador dessa discussão, para que daqui a dez anos não estejamos aqui novamente falando da acometimento de silicose ou de outras doenças ligadas à atividade minerária em outros trabalhadores.

Outra questão que me causa muita tristeza é o entendimento da DRT, que chegou a dizer que a empresa fez o esforço de dar emprego a pessoas da região de Raposos e Nova Lima. A empresa "fez o esforço" de descobrir que há uma mina altamente rentável em Nova Lima. Lamento muito que o Prefeito de Nova Lima, com todas as relações que mantém com as mineradoras ali, não esteja aqui para nos dizer por que, quando dá um alvará de localização, não assume que dali surgirá um problema social enorme, que não será dele, já que um dia vai deixar de ser Prefeito.

Também quero dizer que se o Ministério Público tinha ou não legitimidade para ajuizar a ação à época do acordo é uma questão de entendimento, considerando que a questão da saúde e da doença adquirida até então é um direito indisponível. Ora, a Promotora de Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 39

Justiça à época, Dra. Maria de Lourdes Rodrigues Santagema(?), cuja decisão relativa ao acordo acompanhei, deixou claro que discordava da legitimidade do Ministério Público e propôs, em assembléia, que os trabalhadores dissessem, com os sindicatos e a associação de aposentados, se queriam ou não o acordo. Ou seja, foi uma decisão dos trabalhadores. Agora, havia um risco muito grande de se perder essa ação, como há um risco muito grande de não se poder revisar os acordos feitos, porque o acordo legalmente celebrado tem força de lei - pelo menos, é isso que se diz na legislação brasileira. Então, infelizmente, houve uma péssima condução dos trabalhadores, e, por isso, julgo procedente a indignação dos silicóticos. Por exemplo, há casos de advogados que receberam, quando o silicótico ainda está esperando o dinheiro até hoje, sendo que a mineradora sabe disso - sabe que pagou, que fez um acordo com o advogado e que este ficou com o dinheiro do trabalhador. Tudo isso é de conhecimento público em Nova Lima, e há até uma insurreição contra o Judiciário. Quer dizer, é uma situação extremamente delicada, e, na discussão da silicose, muitas questões tiveram uma condução equivocada.

Não tenho nenhuma procuração dos Promotores de Nova Lima para falar por eles, mas quero dizer que me solidarizo com o trabalho que fazem ali, que chega a ser insano por conta dos muitos problemas que a comunidade enfrenta. Principalmente, quero dizer que estamos à disposição para atender aos requerimentos desta Comissão e que estaremos sempre presentes quando convidados. Mas queria ressaltar

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 40

que gostaria muito que esta discussão fosse levada a cabo em Nova Lima. Acho que a Assembléia Legislativa poderia desempenhar este papel: discutir com a municipalidade sobre as relações que mantém com as mineradoras. Quer dizer, o ônus fica com o poder público e o bônus com a iniciativa privada. Esta é a história deste País. É isso o que vemos a toda hora: cada um que saiba do seu problema e fique com seu prejuízo.

E, infelizmente, muitos representantes do poder público ainda vêm aqui dizer que não queremos nenhum problema com a mineração. Ora, o Ministério Público também não quer nenhum problema com a mineração. Dizemos sempre que nossos parceiros são aqueles que cumprem a lei; os que não a cumprem não são nossos parceiros. Então, é muito clara a posição do Ministério nessa abordagem.

Por fim, gostaria muito que tivessem dito que queremos emprego, sim, mas com uma segurança mínima para aquela comunidade - é o que gostaria de ter escutado hoje. Isso, para que aconteça o mesmo que resultou da atividade de outras mineradoras: buracos na região metropolitana, lugares abandonados, minas abandonadas, como há em Mateus Leme e em outras cidades, sendo que ninguém sabe para onde foi o dono da mina, quando os trabalhadores ainda estão lá. Não estou dizendo que a Morro Velho fez isso, mas reafirmo que a saúde dos silicóticos e a assistência devida a eles são um problema da Morro Velho, não do SUS.



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 41

Muito obrigada. Espero que os senhores consigam sair daqui mais felizes.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Sr. José Antônio de Lacerda, Presidente da CUT Minas.

**O Sr. José Antônio de Lacerda** - Companheiro Ricardo, demais companheiros da Mesa, companheiros trabalhadores da mina do Morro Velho, a CUT não poderia deixar de estar presente nesta audiência pública. Vemos com grande preocupação as condições de saúde e de trabalho dos trabalhadores de mineradoras, principalmente. Sabemos que é um trabalho precário, degradante e cujo fruto, para vocês, tem sido a doença, a silicose. Estamos lidando com seres humanos que produziram a riqueza deste País, deste Estado e do Município de Nova Lima, mas que recebem a silicose como prêmio. Vemos isso com muita preocupação e não queremos que a situação se repita.

Também achamos que nesse processo há alguns equívocos que precisam ser resolvidos. Os trabalhadores não podem continuar nessa situação. Discutimos o assunto na executiva da CUT e achamos que é preciso urgentemente chegar a um consenso, criar uma saída, uma solução. Por mais que se diga que tudo foi feito e que foram gastos milhões e milhões, o que vemos é que a situação ainda continua indefinida e ainda estamos em um impasse, não há consenso, não há uma solução palpável. Então, a posição da CUT, discutida com o companheiro Marcelino, do sindicato, é a de dar todo apoio aos trabalhadores, trabalhando para que a situação se resolva. Não podemos

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 42

mais continuar nessa situação; não é mais possível que venham aqui vários atores dizer que fizeram isso ou aquilo, quando os trabalhadores continuam sofrendo e a doença continua em seu dia-a-dia.

A posição da Central Única dos Trabalhadores é definitiva, precisamos resolver essa situação.

Queremos, juntamente com o sindicato, ter uma posição clara da empresa, porque o futuro não será como vocês estão vivendo hoje. Que vocês possam ter uma aposentadoria digna, para dela poder desfrutar com os filhos, com a esposa, e com a qual possam sobreviver, não uma aposentadoria decorrente de doença ou uma vida à base de remédios e de acompanhamento médico.

A nossa preocupação central é resolver o problema do passado com responsabilidade. Não adianta falar em números, não adianta falar dos gastos. A situação concreta e objetiva está estampada no rosto dos trabalhadores. Há um claro sentimento de abandono entre vocês. Estamos certos, companheiros, de que não é o dinheiro que vai compensar o problema da silicose. Sabemos que até pode atenuar o sofrimento de vocês neste momento, mas não trará de volta a saúde e a qualidade de vida de antes. É por isso que a nossa preocupação com o futuro tem de ser positiva. É preciso criar condições para que esse fato não se repita, como bem disse a Procuradora, não só na Morro Velho, mas em várias mineradoras de Minas Gerais em que essa situação se repete.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 43

A nossa Central dos Trabalhadores aprofundou a discussão, estamos à disposição dos companheiros e da empresa para tentar construir juntos uma outra situação em que isso não se repita, porque o impasse continua, o problema não foi resolvido. Esta audiência pública pode ser um passo importante para encaminharmos a questão. Sabemos que ainda não existe uma solução definitiva e percebemos que há aqui um claro impasse tanto do ponto de vista dos trabalhadores quanto da empresa. Nada não nos interessa neste momento a não ser atuar para garantir a vocês um futuro saúde.

Outra grande preocupação nossa é que, quando a empresa informa que vai trazer a questão da saúde e da proteção para dentro das minas, sabemos que fazem parte desse processo as novas tecnologias, junto com as quais também vem o desemprego. Precisamos conciliar essa situação. Não queremos trabalhadores doentes, mas também não queremos o desemprego. Desejamos emprego com qualidade de vida.

Companheiros da mina de Morro Velho, vocês podem contar com o nosso apoio. A nossa preocupação é no sentido de resolver essa situação. É necessário acabar com esse impasse, e, para isso, precisamos construir políticas de consenso que de fato resolvam o nosso problema. É triste ver a preocupação no olhar de cada um de vocês, e sabemos que essa preocupação não é só com o passado, mas também com o futuro. Temos conhecimento de que muitos de vocês têm

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 44

filhos e outros parentes trabalhando na mina, os quais correm o risco de ter um futuro idêntico ao de vocês.

Companheiros, essa é a preocupação da CUT. Achamos que é possível construir outra situação e resolver o impasse que estamos vivendo. Não podemos mais ficar nesse jogo de empurra. Não podemos mais ver os trabalhadores passando dificuldades em razão dessa doença, que é muito grave e progressiva. Precisamos encontrar uma saída para esse problema, que deixe os trabalhadores numa situação melhor, e que os que estão dentro da mina não enfrentem no futuro os problemas que estamos enfrentando hoje. Essa é a nossa opinião. Obrigado. (- Palmas.)

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Sr. José. Com a palavra, o Deputado Doutor Viana.

**O Deputado Doutor Viana** - Sr. Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Ricardo Duarte; Deputada Jô Moraes, autoridades presentes, prezados trabalhadores de Nova Lima e região. Há mais ou menos dois anos encerramos uma CPI na Assembléia, da qual fui o relator. Realizamos 15 debates públicos durante quase 120 dias, quando ouvimos praticamente as mesmas autoridades que estão aqui hoje e outras que não estão presentes a esta audiência, promovida em tão boa hora pela Comissão de Saúde.

Inicialmente, cheguei a pensar que talvez isso não fosse necessário, conversei com a Jô Moraes, com o Dr. Ricardo, e percebemos que, cada vez que vocês buscam, com união, a conquista de

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 45

seus direitos, conseguimos avançar. A CPI foi proveitosa, diagnosticamos inúmeros problemas, fomos às minas, ouvimos os envolvidos, escutamos todos os que tinham conhecimento da questão e chegamos a algumas conclusões. Fizemos várias sugestões. Algumas já se tornaram realidade, outras não. E hoje, dois anos depois, acontece esta reunião, a fim de que algumas daquelas sugestões venham a ser acatadas e outras, que estão aparecendo agora, também alcancem êxito.

Vale a pena a união de vocês. Lamentamos não estarem presentes no Teatro os mais de mil mineradores e seus familiares que compareceram à Casa e que estão assistindo lá de fora. É pena não dispormos de um espaço maior que os abrigasse, mas o interesse é de todos. O espírito de cada um é buscar não mais a cura, porque quem já adquiriu a doença sabe que ela não existe. Sou médico e sei bem disso, mas a busca seria, primeiro, por condições para que outros trabalhadores não a adquiram. Isso é fundamental. Temos de fazer tudo que for possível preventivamente. E aí não existe interesse individual ou particular de quem quer que seja; o intuito tem de ser global, em prol da saúde de vocês que estão trabalhando ou que vão trabalhar nas minas, seja da Morro Velho, da Anglogold, da MBR os das que trabalham com outros tipos de mineração.

Parabenizo a Comissão de Saúde, que acatou tão bem a sugestão do sindicato. O filho é feio, ninguém quer ser o pai. Todos têm responsabilidades, todos têm de fazer o mea culpa. Há pecados de todos os lados; isso não é uma coisa de agora, mas de muito tempo.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 46

Mas temos melhorado exatamente por causa dessa mobilização que vez por outra vocês têm feito. E é preciso que seja assim, porque a questão nunca será totalmente resolvida. Aliás, o homem não é perfeito pra nada. Nunca estaremos completamente realizados em nada. A caminhada é dura, mas é preciso passar por essas etapas, sobretudo para evitarmos novos casos.

Conheço a mina há 20 anos porque tive a honra e a alegria de morar em Nova Lima durante quatro anos. Conheci a mina daquela época e a de agora. Realmente houve extraordinária melhora nas questões de segurança, até porque a fiscalização melhorou, a sociedade evoluiu, a cobrança do trabalhador aumentou. Tudo isso tem melhorado. Então, é preciso que continuemos a realizar debates como este para alertar os responsáveis por uma melhor condição para quem trabalha na mineração. É uma atividade que dá muito trabalho e muitos problemas, e podemos atuar na contramão dessas questões, para inverter a situação ou fazer com que os problemas não aconteçam.

Não adianta lamentar o passado, a questão é o que podemos fazer de agora pra frente. O Centro de Referência, que foi uma das sugestões da CPI, está construído e funcionando. Vamos ver se há alguma deficiência, e, se houver, tenho certeza de que a Anglo Gold vai agir, porque assumiu o compromisso de colocar em funcionamento esse Centro de Referência para estudos e tratamento não só da silicose, mas de outros casos pneumológicos, de Nova Lima e outras

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 47

idades. Tenho certeza de que a mineradora será solidária e fará o possível para melhorar o atendimento, se ele estiver deficiente.

Quanto à questão dos medicamentos exposta pelo Marcelino, é obrigação nossa pedir que se corrija alguma deficiência que for constatada. Se estão dando algo que já não é mais usado e precisam dar outra coisa, isso é muito pouco para que a Anglo Gold diga não. É questão de nos reunirmos e definirmos o problema em benefício dos indefesos trabalhadores da mineração.

Essa força-tarefa médica foi muito bem sugerida. Tem de ter, sim, o médico do sindicato, Marcelino. Não é só dizer que não há o médico do sindicato nem o da Anglogold. Tem de ter os dois e um terceiro, que viria talvez do serviço público, poderíamos averiguar. E não diria que seria da confiança do Juiz, porque o Juiz muda; hoje é um, amanhã é outro. Tenho certeza de que o que está lá hoje não é o mesmo de quando vocês entraram com a ação. Temos de ter, sim, médicos que cumpram seu dever. Se não o fizerem, têm de ser denunciados ao Conselho Regional de Medicina, que observará se o médico está inconscientemente cometendo alguma falha, e aí, com certeza, será punido.

E vamos ter um apoio mais decisivo do Ministério da Saúde, por meio da Delegacia Regional do Trabalho, cujo Presidente, Carlos Calazans, faz-se presente aqui. O representante do INSS também está presente, e parabênizo o Dr. Marcos Barbonaglia, que tão bem dirige a Superintendência do INSS em nosso Estado. O senhor sabe que sou um

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 48

defensor da sua permanência, por seu trabalho, interesse e competência, indiferentemente de questões partidárias.

O FAT é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, e é disso que vocês estão precisando. Vamos ver o que pode ser feito, por que não? Sou testemunha de que o dinheiro do FAT e o dinheiro público de modo geral são usados de maneira terceirizada, por firmas que dele usam e abusam e dão muito pouco retorno para o trabalhador. Não é na sua gestão, não o estou acusando, mas isso é real, e o tenho constatado ao longo da minha vida pública. Vamos estudar a participação da Anglogold, da FUNDACENTRO, da Secretaria de Estado de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, da Câmara, que também se faz presente aqui e também da Assembléia. Aqui é a casa do povo, é aqui que vocês têm de vir quantas vezes precisarem.

Encerro a minha fala num primeiro momento, Sr. Presidente, dizendo que essa luta está valendo a pena, sim, como valeu a CPI. Houve vários debates, e, de muitas indicações feitas pela CPI, algumas já aconteceram. Com esta audiência pública na Assembléia, poderemos avançar. Parabenizo a todos e agradeço-lhes pela presença e pela colaboração. Mas que não fiquemos só na reunião; vamos tornar eficazes as idéias que estão surgindo e que são possíveis. Não é nada absurdo, porque coisa absurda não vai acontecer com a Anglogold, com a Assembléia, com ninguém. Vamos ser bem realistas. sairemos daqui com decisões palpáveis para o sofrido trabalhador das mineradoras. Muito obrigado. (- Palmas.)

Código do documento:



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 49

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Deputado Doutor Viana. Vamos iniciar o debate, com o prazo máximo de encerramento de 1 hora. Cada pessoa utilizará o microfone por 3 minutos. Já há cinco inscritos, e poderemos abrir mais cinco inscrições para quem desejar.

Os que estão com o dedo levantado continuem, porque a assessoria vai anotar os nomes. Gostaria que houvesse um entendimento para que fossem apenas cinco pessoas a falar.

Com a palavra, a Dra. Delma Moura Andrade, coordenadora do Departamento Jurídico do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima.

**A Sra. Delma Moura Andrade** - Bom-dia a todos. Inicialmente, quero fazer referência à afirmação do Dr. Marcelo Lopes de que teria pagado aos advogados de R\$3.000.000,00 a R\$4.000.000,00. Isso não é verdade. Desafio alguém a provar. Em segundo lugar, ainda que tivesse pagado, não fez mais do que a obrigação porque, há anos, os profissionais do direito estão lutando contra a empresa para conseguir os direitos e os benefícios dessas pessoas.

O mais importante é que é vexatório o que temos visto ultimamente. A pessoa que era médica do sindicato deixou, todos sabem disso, de ser médica do sindicato e foi trabalhar a serviço da empresa no Centro de Referência e Pneumologia, onde recebe ordens e provavelmente remuneração, direta ou indiretamente, da empresa. A nossa preocupação é com esses laudos emitidos mesmo médico, Dr. Sílvio Mosman, que, no mês de abril de 2000, deu um laudo dizendo que uma pessoa tinha silicose, como vários, e, no ano seguinte, a serviço

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 50

do Centro de Referência de Pneumologia, custeado pela empresa, mudou de opinião. A pessoa deixou de ter silicose. Não sei se silicose é irreversível. Nesses 12 anos de advocacia tenho visto que a silicose não tem cura e leva à morte. O que queremos é que as perícias sejam feitas por um órgão isento, por pessoas isentas, por médicos que não tenham nenhuma ligação financeira, quer seja com a empresa, quer seja com o sindicato. Que sejam pessoas isentas, dignas, que poderão apurar se há ou não um doente. (- Palmas.)

**O Sr. Presidente** (- Com a palavra, o Sr. Paulo Franco Kalunga.

**O Sr. Paulo Franco Kalunga** - Bom dia, quero falar na presença de todos que fiz um exame na Morro Velho e eles disseram que eu não tinha silicose. Fiz o exame em outra clínica e constou que tenho silicose nos lados esquerdo e direito. Estou me sentindo mal, estou prejudicado e gastando dinheiro sem poder. Meus filhos estão sem poder estudar porque estou sem dinheiro. Estou me sentindo muito prejudicado, e não serão R\$100.000,00 que comprarão a minha saúde. Era o que tinha a dizer.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Sr. João Paulo Pires, Diretor da Federação da Indústria Extrativista.

**O Sr. João Paulo Pires** - Quero apenas pedir ao Presidente que faça uma retificação. Não sou Diretor, estou representando a FITIEMG. Sou Diretor da CUT do Vale do Aço.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 51

Sr. Presidente, senhores e representantes da empresa, senhores e senhoras, trabalho há 58 anos e sei o que são as relações de trabalho. Conheço profundamente o comportamento das empresas, e não podemos discutir exclusivamente o caso de uma empresa. Qual é o núcleo do problema que leva a uma situação como essa vivida pelos trabalhadores da Anglogold e da Saint John Del Rey Mining Company: ingleses e sul-africanos. O núcleo do problema está na realidade brasileira, na profunda desigualdade existente entre o poder econômico e as nossas organizações. Somos a maioria neste País, mas, infelizmente, essa situação ocorre porque nunca tivemos um Governo que tivesse um programa voltado para essa maioria que somos nós, os assalariados.

Invoco a atenção de todos os legisladores e de todas as pessoas que aqui se encontram porque essa é uma responsabilidade de todos nós. O que produz essa fragilidade institucional que vivemos é essa profunda desigualdade política. E, no núcleo dessa desigualdade, está a falta de cidadania do assalariado. A empresa pode tudo: desacata as leis, atropela a Constituição impunemente.

O ilustre Vereador disse aqui que a justiça invocou a ilegitimidade do Ministério Público. A justiça não invoca a ilegitimidade somente do Ministério Público. Isso é um desvio dos julgadores para fugir da discussão do mérito das questões mais importantes do País. Recentemente, ouvi isso na Justiça do Trabalho, um desacato flagrante, imoral à Constituição. O sindicato reclama da

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 52

lesão dos direitos constitucionais. E a justiça envereda pelo caminho da discussão da legitimidade ativa do sindicato para defender seus trabalhadores, seus associados. Essa é uma decisão infamante da justiça, que a denigre, que a desmoraliza.

Infelizmente, posso dizer isso como testemunha porque há mais de 50 anos que o Judiciário, quando se trata do julgamento de dissídios coletivos, nunca dá ganho ao assalariado. Escrevi uma carta para o Ministro do Supremo Tribunal dizendo a ele que, quando o vulto financeiro é expressivo, os empregadores nunca perdem. E a prevalência do dinheiro ficou bem explicitada na fala do representante da empresa. Ele quis destacar as vultosas despesas que a empresa tem, mas não é para evitar a doença do trabalhador. Ele reconhece a sua culpa quando precisa de um centro de pneumologia para tratar dos trabalhadores já doentes. Então, temos que ir ao núcleo do problema. Vemos aqui o Marcelino, com toda disposição, isoladamente, porque ele pode ter o amparo dos que não estão na empresa.

Para encerrar, a primeira conquista que precisamos, que está gravada no inciso I da Constituição e que os Deputados puderam trabalhar junto ao Senado foi a ratificação da Convenção nº 158 da OIT, que visa regulamentar a dispensa do empregado pelo empregador, porque toda a fragilidade nossa está na chamada dispensa sem justa causa. Esse é um dispositivo que elimina qualquer possibilidade de

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 53

defesa dos assalariados e permite à empresa toda uma série de arbitrariedades, truculências e imoralidade.

Essa situação da Anglogold impera em todas as empresas. A doença do trabalho está disseminada pelo Brasil todo. Em qualquer grande empresa os trabalhadores serão massacrados pelos métodos gerenciais de relações humanas. Portanto, cabe a nós mudar essa anomalia institucional. Enquanto não mudarmos isso, as empresas estarão acuando o Governo, dominando tudo. Basta ver o orçamento geral da União, que foi executado no ano passado. O Governo cortou verba de todos os ministérios, inclusive do Ministério da Saúde. Não completou a execução do orçamento de nenhum ministério e determinou que fosse jogado no cofre dos banqueiros 62% desse orçamento da União. Só de juros são R\$145.200.000.000,00, que representam 9,5% do nosso PIB.

A fragilidade não é só dos legisladores. Todos os companheiros que estão aqui devem ter em sua mente, como prioridade número um, a cidadania dos assalariados. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Obrigado. Com a palavra o Sr. Marcos Barbonaglia da Silva, Presidente do INSS de Minas.

**O Sr. Marcos Barbonaglia da Silva** - Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade da palavra. Na sua pessoa cumprimento a todos os presentes.

Senhoras e senhores, a luta entre o capital e o trabalho é muito difícil no nosso País. Realmente, o trabalhador está numa  
Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 54

desvantagem enorme, numa situação de muita fragilidade, daí a necessidade da presença firme e determinante do Estado. Assim, Calazans, estou à inteira disposição para que possamos, juntamente com a Secretária de Saúde e com a FUNDACENTRO, acompanhar de perto essa questão.

Tenho recebido a visita de diversos sindicatos e entidades de classe para discutir a questão da silicose, principalmente na região de Nova Lima. Esse é um problema sério e constrangedor, por isso é imprescindível que se faça um debate, inclusive sobre a legislação da Previdência Social, que necessita ser aprimorada. Portanto, é necessário que se discuta o papel da Previdência Social dentro da perspectiva do trabalhador, em especial no caso da silicose.

Está para ser inaugurado o Conselho de Previdência Social da Região de Ouro Preto e Nova Lima. Esse conselho será um instrumento de fundamental importância para a luta do trabalhador, já que aproximará a Previdência Social das entidades de classe dos trabalhadores. Por meio dele, rediscutiremos diversos aspectos da legislação, inclusive no que diz respeito ao atendimento do INSS. Por isso, é necessário que tenhamos boa qualidade na constituição desse conselho para que represente à altura os trabalhadores.

A função da Previdência Social é garantir renda ao trabalhador no momento em que estiver incapacitado para exercer sua função. Assim, existem alguns aspectos que precisam ser aperfeiçoados

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 55

na legislação para que esse direito chegue ao trabalhador. Nesse sentido, acreditamos muito no papel fundamental desse conselho.

No que toca à questão das ações regressivas, com bem disse a Sra. Procuradora, a responsabilidade pela silicose e por demais doenças do trabalho não podem recair sobre o poder público, este não é o responsável pelo pagamento de indenizações. Aliás, a Previdência Social paga benefícios por incapacidade e aposentadorias por invalidez, em razão de problema causado pela empresa. Então, diante disso, contactamos a Procuradoria do INSS e trabalhamos junto à FUNDACENTRO e ao próprio Ministério, para formalizarmos ações regressivas. As empresas deverão ser responsabilizadas pelo dano a que deram causa.

Além da questão econômica, existe ainda a social, que é muito mais grave. Por isso, acreditamos que, por meio dessas ações regressivas, as empresas terão nova visão do comportamento e da prevenção desse problema que muito agride os trabalhadores. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Sr. Marcos. Com a palavra, o Vereador Paulo Augusto Santos, O Paulão.

**O Vereador Paulo Augusto Santos** - Saúdo os colegas da Mesa, nossos representantes neste ato: Marcelino, do sindicato; Otávio, meu colega Vereador; José Lacerda da CUT; Calazans, da DRT; Deputados Doutor Viana e Ricardo Duarte e Deputada Jô Moraes; representante do Conselho Estadual de Saúde, da Secretaria Estadual  
Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 56

de Saúde e da FUNDACENTRO, além do representante da Mineradora Morro Velho.

Até que enfim, numa audiência pública, tivemos a oportunidade de ter aqui representada uma das empresas que mais vem lucrando com a falta de saúde e com a infelicidade desses valorosos companheiros trabalhadores que, por darem seu sangue e suor, estão com a saúde dilacerada. A herança acarretada foi a falta de saúde. Ainda assim, continuam oferecendo migalhas a todos vocês. Haja vista que essa audiência pública simboliza o descaso de como vêm sendo tratados os problemas do trabalhador na nossa cidade.

Não posso deixar de citar o nome da Maria Auxiliadora, a Dodora, da ABRAVI(?), pois essa página de luta dos trabalhadores silicóticos de Nova Lima, Raposos e adjacências só foi possível vir para aqui por meio de uma denúncia feita pela companheira Maria Auxiliadora. Dessa forma, pedimos a realização de uma audiência pública na Câmara Municipal, o que ocorreu. E essa Casa, de forma tão sensível, também abraçou a causa, dando início ao trabalho das audiências públicas. Até mesmo uma intervenção foi feita em Nova Lima, já que todos os poderes lá constituídos estavam coniventes com a morte gradativa dos companheiros silicóticos.

Portanto, apesar das tentativas de abafar e esconder esse fato em Nova Lima, a luta continua. Dodora, nós conseguimos tirar de debaixo do pano os problemas dos trabalhadores, e aqui contamos com a sensibilidade desta Casa. Obtivemos avanços no que diz respeito às

Código do documento:



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 57

perícias e aos laudos e, com certeza, daremos uma resposta, resposta essa que não devolverá a saúde aos companheiros, mas amenizará um pouco os seus problemas, por meio dos remédios. Agradeço a todos o compromisso e a sensibilidade dispensados à causa dos trabalhadores do nosso Estado e do nosso País.

Finalmente, no que tange à Secretaria Estadual de Saúde, estivemos reunidos, há um ano, com o Dr. Marcos Pestana, e ele se mostrou sensível, mas disse que haveria um problema de treinamento e capacitação de pessoal. Porém, ainda não houve nada de concreto. Mas, agora, acreditamos que avançaremos no atendimento aos companheiros. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Paulão. Com a palavra, Deonílio de Carvalho.

**O Sr. Deonílio de Carvalho** - Ex-companheiros de trabalho, autoridades presentes, nunca a Morro Velho nos deu o direito de que precisávamos. Eles jamais dão todo o remédio necessário. É mais fácil o sindicato nos buscar em casa para levar ao médico da mineração que a Morro Velho cumprir com esse papel. Porém, a Morro Velho tem a obrigação de nos fornecer não só todo o medicamento necessário, mas também uma cesta básica. Um morto como eu um defunto como eu, não precisa de dinheiro, e sim de um modo mais digno de entrar em um caixão. Eu não durmo, não me alimento, não ando e tenho cordas vocais paralisadas. E, mesmo assim, a Morro Velho só fornece dois remédios para o tratamento da silicose.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 58

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Sr. Deonílio. Com a palavra, a Sra. Maria Auxiliadora.

**A Sra. Maria Axiliadora** - Bom-dia a todos. Deputado Doutor Viana, mais uma vez estamos aqui para trazer o sofrimento desses mineiros. Porém, não haveria mais necessidade disso, se se fizesse cumprir tudo o que foi dito e escrito na CPI. Por isso, muito me admira o Presidente do Sindicato estar aqui pedindo uma audiência.

Outro fato que também me entristece é ver esse boneco. Um boneco todo o mundo faz, mas a doença dos mineiros só a Morro Velho faz. É necessário que haja justiça para esses mineiros que aí estão, e não ficar aqui fazendo média para eles. Precisamos fazer cumprir o que a CPI disse que faria, mas que até hoje não foi feito. Para isso, voltaremos a esta Casa quantas vezes for preciso. Muito obrigada.

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Auxiliadora. Com a palavra o Sr. Elder Pacheco.

**O Sr. Elder Pacheco** - Boa tarde, senhoras e senhores, companheiras e companheiros, mineiros e familiares de mineiros, gostaria de falar sobre a assembléia de 1985, muito bem lembrada pelo Delegado Regional do Trabalho, Dr. Calazans. Eu também estava presente nessa assembléia, em que a Morro Velho nos ameaçou por meio de capangas com revólver na cintura. Essa é a mineradora que teve escravos durante o período colonial e os manteve dessa forma até os dias de hoje. E, mais ainda, agravou a situação deles com a silicose e com os graves acidentes de trabalho.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 59

A Morro Velho deixou um buraco, pois fechou a mina velha, a mina de Caeté, a mina de Raposos e mantém apenas a de Cuiabá e alguns trabalhadores da manutenção. Ela deixou a cidade desempregada.

A discussão do processo do silicótico iniciou-se em 1990 - 1991, com o Dr. Jackson Campomizzi, do Ministério Público. Naquela época, denunciávamos junto à diretoria do sindicato a conivência do INSS da época, porque os mesmos médicos que davam Melhoral para os trabalhadores portadores de silicose eram os que trabalhavam na perícia do INSS - Dr. Albieri e Dr. Márcio, não me lembro o sobrenome.

Coisa ruim a gente não guarda. Esses processos são fraudados. Esses exames são fraudados porque esses médicos saíam do hospital da Morro Velho e iam para o INSS. Da mesma maneira, as autoridades de Nova Lima, Raposos e Caeté estavam coniventes com a exploração dessa mineradora e com a situação que deixou. O Sr. Deonílio deixou claro, assim como o Calunga, que mostrou a realidade dos mortos-vivos que a Morro Velho produz. Seus empresários saudáveis vêm dizer que a Morro Velho tomou todas as medidas, gastando fortunas. Que fortuna? Os valores que gastou para mascarar a realidade desses trabalhadores e trabalhadoras devem ser um grão de areia no deserto. O Ministério Público tem de ser pressionado. Todo esse processo tem de ser revisto para dar um basta na situação dessa multinacional que vem, faz buraco na nossa terra, depois abandona os

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 60

trabalhadores e suas famílias, e o buraco fica como herança da miséria que deixou na região.

É necessário revisar esse processo. O dinheiro não paga a saúde, mas pelo menos deixa dignidade para as famílias e para os futuros dos filhos e netos dos trabalhadores e trabalhadoras. Obrigado.

**O Sr. Presidente** - Muito obrigado, Sr. Elder. Com a palavra, o Sr. Antônio Marques Ferreira.

**O Sr. Antônio Marques Ferreira** - Boa tarde, companheiros de luta, juntos desde 1985. Carlinhos Calazans, hoje Delegado Regional do Trabalho, fazia parte de nossa luta. Tenho o maior respeito e admiração por Dra. Jandira, que foi trabalhar no sindicato como médica do trabalho.

O que a Morro Velho fez com Nova Lima e região durante muitos anos? O filho do trabalhador que entrasse com uma ação de silicose não seria fichado na Morro Velho. O trabalhador não receberia o salário para pagar os estudos do filho. Foi o que a Morro Velho fez em Nova Lima. Hoje dá para falar, porque há pessoas interessadas em ir à luta. Mas existem pessoas com a intenção de dividir a luta, como o Diretor da Mineração Morro Velho. Estava no sindicato e lutei. Ele não deu dinheiro para ninguém, quer tumultuar a comissão, quer avacalhar nosso trabalho. Não concordo com muitas coisas no sindicato, assim como não concordaram comigo. Não viemos para dividir, viemos para somar. Lugar de fazer política é lá fora, Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 61

não aqui. O nobre Vereador enganou-se quando afirmou que somos coniventes na cidade. Não somos coniventes. Lutamos com muita raça e dignidade. Hoje a vergonha de Nova Lima é a Morro Velho, que coloca placa: "Orgulho de Nova Lima". Roubou de nosso município e deixou o povo na miséria.

Hoje podemos dizer com tranqüilidade que cabe uma intervenção do INSS porque a Morro Velho faz laudos fraudulentos. Paga a pessoa, e o INSS nega o benefício para as pessoas que não estão aposentadas. Além de Fernando Henrique, outros Presidentes cortaram o benefício do pecúlio dos silicóticos. Ninguém se preocupa com a classe operária.

Fica aqui o meu protesto. Peço ao Superintendente do INSS que faça uma intervenção. Olhe direitinho todos os documentos da Morro Velho, porque há documentos fraudulentos, que não condizem com a verdade dos fatos. A luta continua porque "a cobra tem que fumar". Os companheiros lá fora estão revoltados. Esta Comissão precisa dar um passo à frente. Faça alguma coisa para ajudar. Intervenha na Mineração Morro Velho. É caso de polícia. Eles vão embora, e os aposentados vão ficar sem indenização. Obrigado.

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Sr. Antônio. Com a palavra, o Sr. Ronaldo Marques Ferreira, Vereador de Nova Lima e ex-Presidente do sindicato.

**O Vereador Ronaldo Marques Ferreira** - Saúdo a Mesa e os companheiros. Quem me antecedeu afirmou muito claro que as diferenças  
Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 62

têm de ser banidas do nosso meio. Vocês podem ver que os ex-Presidentes que não foram pelegos estão aqui. Estão presentes o Toninho, o Elias, o Anselmo, de Cuiabá, que fez parte de nossa diretoria. Vários componentes da Mesa conhecem nosso trabalho desde quando assumimos a diretoria do sindicato - Carlinhos Calazans, Jandira e Marta, que fez parte da comissão que fiscalizou a Mineração Morro Velho em 1993. Aqui está o testemunho de toda a nossa luta. Aqui está falando o neto do silicótico que morreu de silicose, o filho do silicótico que morreu de silicose. Quem trabalhou na Mina Grande sabe quem é o Pastel. Todos sabem disso. Aqui está falando o silicótico que trabalhou durante 15 anos na Mineração. Não estou aqui para fazer política, estou aqui para defender. Manifestei-me em todas as audiências públicas que aconteceram na Câmara de Belo Horizonte. Nunca fugi de me manifestar. Estou aqui para ajudar, para somar com vocês. Muitos de vocês sabem que trabalhei no fundo da mina. Temos de saber conviver com diferenças. Se a diretoria passada não fez o melhor, pelo menos procurou fazê-lo.

Quando ingressamos no Ministério Público, entendíamos que era legítimo. Já tinha ganhado ações, uma delas contra a Celite. O Dr. Jacques procurou por mim e disse para entrarmos com uma ação idêntica àquela. Ele estava presente quando os trabalhadores receberam os cheques. O ex-Presidente acabou de falar aqui agora. É verdade. Em 1991, por que foram só 600 em 94 ações? Porque realmente era isso. Muitas pessoas diziam que não entrariam com ação porque

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 63

estavam trabalhando na mineração. Muitos falaram que não iam entrar porque o filho seria demitido. Em parte, entendíamos isso, porque era a sobrevivência que prevalecia na época. Estamos aqui para somar. Quem chegou agora não viu a luta. Quando da manifestação na porta da mina de Raposos, eu e o Antônio Marques estávamos na cadeia. E mesmo com toda a diferença que tivemos no passado estamos aqui hoje, somando.

O recado ao Superintendente do INSS. Isso aqui vai muito além do que estamos discutindo. Alguns companheiros estão desempregados, não conseguem emprego, são silicóticos e não podem receber o pecúlio do INSS. Em parte, concordo com o senhor sobre a responsabilidade da Mineração Morro Velho. Mas, até assumir a responsabilidade, o INSS tem de assumir porque esse trabalhador contribuiu durante muitos anos. Depois o INSS que busque a indenização junto à Mineração para que pague. Os companheiros não podem ficar à mercê de uma decisão do INSS com a empresa.

Estou aqui sem medo nenhum de falar. Tudo o que fizemos no passado foi para que acontecesse tudo o que está acontecendo aqui hoje, a começar em 1986, quando tiramos a pelegada do sindicato. Tenho confiança. O companheiro participou de nossa diretoria e hoje assume a Presidência do sindicato. Temos de dar todo o apoio a ele. Marcelino, com certeza você vai ter nosso apoio. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, Nancy Souto, Vice-Prefeita de Raposos.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 64

**A Vice-Prefeita Nancy Souto** - Bom dia, Sr. Presidente desta Comissão, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores. Dr. Marcelo, a Mineração não tem condições de passar uma borracha, mesmo com todos os atrativos de "marketing" ambiental ou social. Tudo isso é muito bom, mas não podemos apagar o passivo ambiental. Quando a empresa pagar a todos esse homens e a todas essas viúvas, que não têm culpa por seus maridos não terem recebido, partiremos para outras metas. Mas é necessário rever cada situação.

Quanto à CPI, muitos companheiros afirmam que não serviu para nada. Serviu, sim. Além de indicar o centro de referência, que deve funcionar a contento das vítimas da mineração, também serviu para mostrar-nos que nesta Casa somente um Deputado, Edson Rezende, verdadeiramente defendeu nossa causa.

Lutaremos, sim. Vamos voltar muitas vezes, mas queremos que isso seja resolvido o mais prontamente porque trazer o Sr. Deonílio é muito difícil. Todos os moradores dessa região, sem exceção, sabem muito bem o que é silicose. As mulheres ficaram dentro de casa, mas sofreram penosamente com seus maridos. Meu pai morreu em meus braços, sufocado pela silicose. Eu o carregava por todo lado. Um dia uma médica do sindicato disse: "Não sei como seu pai está vivendo; está com os dois pulmões tomados.". Uma vez que foi a outro médico, não pude acompanhá-lo porque estava trabalhando. Meu pai voltou feliz, dizendo que não tinha mais silicose. Isso não existe. Sou leiga no assunto, mas disse: "Como pode, se uma médica, há poucos dias, me

Código do documento:



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 65

disse uma coisa, e o outro faz essa tapeação?". Só podia ser tapeação. Quais os médicos que têm dado laudos negativos para nossos companheiros? São pneumologistas? São médicos que têm capacidade para fornecer esse diagnóstico?

É só.

**O Sr. Presidente** - Obrigado. (- Palmas.)

Com a palavra, José Carlos Rodrigues, da Associação Brasileira de Vítimas da Silicose.

**O Sr. José Carlos Rodrigues** - Bom-dia a todos. Sou membro da ABRAVIM, e fui diretor do Sindicato até julho deste ano. Saí por meio de uma eleição que ocorreu de forma questionável. Os médicos da empresa falam que não sou portador de silicose, mas trabalho na empresa e estou afastado há dois anos, recebendo benefício pelo INSS. Há outras pessoas na mesma situação que eu, porque a empresa não tem coragem de assumir as doenças dos trabalhadores. Pedimos ao pneumologista, Dr. Márcio, hoje, médico do INSS, que faça uma sindicância no INSS, pois não se consegue benefício de silicose em Nova Lima. Temos de pegar endereço de pessoas de Belo Horizonte para conseguir o benefício com médicos que não conhecem a empresa, talvez nunca tenham ganhado dinheiro da empresa para dar laudos e atestar que as pessoas não são doentes, deixando de conceder-lhes benefício. Muitos trabalharam sete, oito, dez anos e não conseguiram se aposentar por causa da mudança da legislação, que é sempre desfavorável ao trabalhador, que passa fome e dificuldades.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 66

Quando a ABRAVIM foi criada, saí do sindicato por não concordar com muitas coisas que a atual diretoria estava fazendo, como por exemplo coagir as pessoas a fazerem o acordo. O que ocorria em Nova Lima era pressão. Quem não fizesse o acordo até o dia 31/5 perderia o direito. As pessoas são leigas, não têm estudo nem informação e acabam fazendo esse acordo miserável, continuando doentes, passando dificuldades e necessidades em casa, porque tudo que a empresa faz é tirar os direitos dos trabalhadores, como hora extra e adicional de periculosidade.

O INSS tem culpa, porque não vai fiscalizar o ambiente de trabalho. A DRT já assumiu aqui, que não existem fiscais disponíveis para tomar conta do subsolo das minas. Sou vítima disso; como eu, há vários. Tenho 38 anos de idade; fiquei sabendo que tinha silicose com 36 anos. Se, naquela época, os médicos da empresa tivessem adotado uma conduta correta, talvez várias outras pessoas não estariam aqui, e eu também não estaria.

A culpa é do INSS e da DRT, que têm de fiscalizar e dar subsídios para as empresas pagarem menos impostos, pagarem menos ao INSS e formarem o Fundo de Amparo ao Trabalhador para pagar os benefícios. Se houvesse uma justiça correta em Nova Lima, talvez todas essas pessoas já tivessem ganhado indenização, recebendo cesta básica, cesta de medicamentos; tentando, junto com seus parentes, circular na cidade, que é só morro; conseguindo sobreviver.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 67

Essa questão da coação do sindicato é grave. Muita gente que está aqui e fez acordo está insatisfeita. Eu, como membro do sindicato não concordei, saí. Continuo questionando a posição do sindicato, que tem a obrigação de esclarecer o povo e não confundir-lo, deixando-o com medo, assustado, porque a justiça é morosa. Um comentário do sindicato, seu representante legal, leva essas pessoas ao medo, à loucura. Há casos de pessoas que ficaram doidas, porque têm o problema da doença e hoje sofrem pressão do sindicato, de advogados, de médicos que estão prejudicando os trabalhadores. Há médicos corruptos, safados, que ficam na cidade dando tchau para todo mundo e laudo negativo para essas pessoas. Temos de ir a Belo Horizonte procurar médicos decentes, pois os de Nova Lima não atestam que os trabalhadores são silicóticos. São médicos corruptos, que estão no INSS dando laudos negativos para as pessoas. Passei por isso na cidade e ganhei meu benefício em Belo Horizonte.

É necessário que seja feita uma sindicância. Vi funcionários recebendo propina para aposentar pessoas que têm problema de silicose, cobrando R\$1.000,00. Vocês têm de ir lá. Há pessoas assim naquela cidade, no posto do INSS, fazendo essas coisas absurdas, brincando com a saúde do povo. Há pessoas enriquecendo, conseguindo fazendas, terras, casas e carros com o suor do povo, esse povo que nem sabe o que está fazendo aqui hoje. Quando partíamos da CPI muitas pessoas não abriram a boca como hoje, deixando claro para os Deputados o que acontece em Nova Lima.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 68

Solicito que verifiquem o que ocorre de errado naquele posto do INSS. O Poder Judiciário tem de saber, porque não aconteceu nada no fórum de Nova Lima ainda, nenhuma decisão judicial favorável aos trabalhadores - daí o desespero para eles fazerem o acordo. Há demora, mentira, falta de informação das pessoas sobre seus direitos. Fizeram esse acordo porque estavam na miséria, passando dificuldades, sem condições de comprar remédios e alimentos. A culpa é da empresa, do INSS, do Poder Judiciário e de algumas pessoas que, politicamente, querem tirar proveito da situação e mandam essas pessoas fazerem representação.

Muito obrigado; é só isso. (- Palmas.)

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Sr. Garcia, do Conselho Estadual de Saúde.

**O Sr. Evaristo Garcia** - Sou Evaristo Garcia, do Conselho Municipal de Saúde e do Gabinete do Deputado Sérgio Miranda. Desde 1951, trabalhamos com a insalubridade dos silicóticos de Nova Lima. São 53 anos. Durante esse tempo, dezenas de trabalhadores, dezenas de dirigentes sindicais foram assassinados a mando da companhia do Morro Velho. (- Palmas.)

Quando reacendemos a luta com a companheira Dodôra e outras companheiras, o médico que cuidava dos silicóticos era um pediatra. Todo mundo sabe disso. Ele quis até me bater em Nova Lima. Só havia uma pessoa especializada nisso, a Dra. Ana Paula. Tinham de vir aqui na universidade para fazer tratamento com ela.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 69

Sr. Presidente, Deputado Duarte, é necessário que se tomem medidas para resolver essa questão. Não se pode mais enrolar os trabalhadores.

O Sr. Marcus tem de tomar as medidas necessárias, porque ele sabe, e o Ministro denunciou, que esses 53 bilhões são patrimônio dos trabalhadores. Os Bancos e grandes empresários descontam dos trabalhadores, mas não recolhem ao INSS. O senhor tem de tomar providências, trazendo à tona o nome desse pessoal, para todos ficarem conhecendo, pois não deixam que se denuncie esse pessoal.

Outra coisa é a questão do Fundo de Amparo ao Trabalhador. O Instituto Brasileiro de Estudos Sociais - IBIS -, recebeu das mãos do Sr. Fernando Henrique Cardoso a maior subvenção que uma entidade sindical já recebeu. Todo mundo sabe disso; roubaram dos trabalhadores.

A Força Sindical é do Sr. Medeiros, esse que levou o pessoal dos caça-níqueis para fazer pressão contra o Lula. É preciso que se tomem medidas para resolver esse problema. O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT -, criado pela Constituição, é desviado por roubos e mais roubos. A nora do Sr. Fernando Henrique Cardoso botou a mão em 15 bilhões desse dinheiro, recurso dos trabalhadores. Muito obrigado, senhor. (- Palmas.)

**O Sr. Presidente** - Retorno a palavra aos membros da Mesa. Ao final, daremos a palavra ao representante do INSS. Com a palavra, o representante da empresa, Sr. Marcelo Wagner Pereira Lopes. A Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 70

Presidência solicita à platéia que aguarde com calma e paciência. Não interfiram na exposição das pessoas que estão com o microfone. Muito obrigado.

**O Sr. Marcelo Wagner Pereira Lopes** - Destacarei alguns pontos fundamentais ao esclarecimento de todos. Foi dito que a Morro Velho está abandonando Nova Lima. Isso não é verdade. A empresa continua com as minas em Sabará, em Santa Bárbara, e tem projetos imobiliários. O Vereador Otávio disse muito bem que esses projetos podem gerar mais emprego para o Município de Nova Lima, desde que os trabalhadores sejam devidamente treinados. A mineração Morro Velho não está abandonando Nova Lima. Tem seus projetos futuros e, conseqüentemente, estará em Nova Lima. A empresa dona da Morro Velho, Anglogold, tem sede em Nova Lima.

Outro ponto que reporto como importante é a discussão dos laudos médicos. Solicito que o Dr. Cristóvão Chiara Dia, médico-chefe de saúde ocupacional da Morro Velho, exponha como funcionam esses exames e essa junta médica. Dois dos médicos dessa junta médica são pneumologistas, um é radiologista e os outros dois têm especialidades diversas. Todos foram treinados pela FUNDACENTRO para leitura de radiografias nos padrões da OIT. Não há que se falar em profissionais não habilitados a essa avaliação. Quem falou isso tem de provar que esses profissionais não são habilitados para as avaliações que estão sendo feitas. Solicito ao Dr. Cristóvão que, em rápidas palavras, explique-nos o critério e o método de avaliação.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 71

**O Sr. Presidente** - Ele poderá manifestar-se ao final. No momento, queremos que a empresa se manifeste.

**O Sr. Marcelo Wagner Pereira Lopes** - Muito obrigado. Gostaria de deixar claro que não temos nenhuma intenção de ocultar ou de forjar laudos médicos. Temos a intenção de reconhecer os trabalhadores portadores de silicose e dar-lhes assistência médica, psicológica e o que for necessário. Mas essa assistência não é devida a todas as pessoas que já trabalharam na empresa. Sabemos que nem todas as pessoas que trabalharam na empresa adquiriram a silicose. Se isso foi falado aqui, não é verdadeiro.

Fundamentalmente, é o que quero dizer. Agradeço mais uma vez a oportunidade.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, a representante da FUNDACENTRO, Dra. Marta de Freitas.

**A Sra. Marta de Freitas** - Para ser breve, reiteramos a disposição da FUNDACENTRO, em participar de um grupo tripartite, ou só dos órgãos públicos como a Assembléia achar melhor, para ajudar na solução dessa questão. Existe um problema a ser sanado. Além das atuais condições de trabalho, está claro que existe um passivo. Temos de saber se ele está sendo avaliado de forma correta.

Existe a questão dos laudos periciais, que desencadeou uma ação, fruto de uma CPI e de um acordo. Se há erros e falhas nesse processo de avaliação, ele tem de ser revisto. Não podemos continuar empurrando isso.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 72

Todo mundo começou a falar de 1990, mas a data exata é 1987, quando o Ronaldo foi com o sindicato à Secretaria do Trabalho, e começamos o processo. Isso não quer dizer que já existia uma história anterior. É muito tempo para resolvermos um problema; é muito silicótico em 20 anos. Precisamos resolver esse problema definitivamente. Não podemos adiar sua solução ou mascará-lo. Naquilo que a FUNDACENTRO puder contribuir, ela está às ordens.

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Dra. Marta. Mudarei um pouco a ordem, porque o Carlos Calazans precisa ausentar-se. Talvez possa começar a resolver esse problema hoje com o Ministro Thomaz Bastos.

**O Delegado Carlos Alberto Menezes de Calazans** - Quero pedir desculpas, pois terei de me retirar para participar de uma reunião com o Ministro da Justiça, Thomaz Bastos, e alguns Deputados daqui a pouco. Estaremos com o Ministro da Justiça para tratar de outras questões, mas, com certeza, podemos falar desse problema.

Há duas coisas que quero reforçar. Sempre haverá divergências de método de trabalho. Por tudo que presenciei, nunca vi ninguém agir de má fé, com má intenção ou para prejudicar os companheiros. Acredito que possa ter havido erros que envolveram outras instâncias e outras esferas. Desde 1985, os vários atores sindicais sempre tentaram lutar para que os trabalhadores tivessem melhores condições de vida.

Vários companheiros foram prejudicados: presos, ameaçados e demitidos por lutar na defesa dos trabalhadores. Neste momento, temos  
Código do documento:



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 73

de reconhecer que houve erros, pois ninguém está livre deles e não possui a prerrogativa da unanimidade, nem Jesus Cristo conseguiu. Portanto, temos de rever o passado e analisar as dificuldades dos trabalhadores.

Há pouco, conversava com o Sr. Marcelo, representante da empresa, e disse-lhe que, caso um trabalhador da mina faça o exame e se constate que é silicótico, ele chegará à empresa para tentar um acordo. O acordo está em torno de R\$14.000,00. Então, no momento desse acordo, surgem as divergências por causa dos diferentes interesses. Quais são esses interesses? O Sr. Marcelo apresentou bem. Na opinião da empresa, não são todos os trabalhadores que têm direito à indenização; na do senso comum, todos têm. Nesse ponto, já há uma divergência: aqueles que estiveram na mina, numa situação exigida pelo trabalho, têm direito a algum tipo de indenização? A empresa dirá que não, pois precisa de um laudo bem apurado; outros dirão que sim. Compartilho da opinião de que os trabalhadores têm esse direito.

Anuncio que teremos uma reunião na próxima semana - eu, o Sr. Marcos Barbonaglia, o INSS e a DRT - com a Morro Velho, para discutirmos os procedimentos gerais. Dialogaremos com a Deputada Jô Moraes, o Deputado Ricardo Duarte e toda a Comissão para sabermos em que poderemos avançar. Não adianta pensarmos que a culpa é de um ou de outro, que fizeram isso ou aquilo. O importante é pensar o que possível corrigir, o que os trabalhadores querem e como restabeleceremos a justiça.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 74

Como Delegado Regional do Trabalho de Minas Gerais, estou disposto a me empenhar, com minha experiência de anos de luta, para tentar restabelecer essa justiça. Se for o caso, tentarei conseguir a participação do Estado. Muitas coisas são de responsabilidade da empresa: a situação do trabalho, o problema da contaminação e a saúde dos trabalhadores. Mas, se verificarmos a participação do Governo - muitas vezes por necessidade - para socorrer empresas e instituições e conceder créditos para exportação, veremos que poderá olhar para o silicótico, para sua saúde e ajudá-lo, seja com indenização, seja dando-lhe condições de aposentadoria.

O Presidente Lula é sensível a isso, já conversou diversas vezes com os trabalhadores na porta da empresa. Se for preciso, marco uma audiência com o Presidente e levo-lhe a questão. Acredito que o fundamental é pensar como agir daqui para frente. Há interesses diferentes? Sim. A empresa lutará por seus interesses, e os trabalhadores unidos, por intermédio dos seus atuais e ex-dirigentes, Vereadores e quem realmente quiser ajudá-los, lutarão para resolver a situação. Como já disse, os trabalhadores que precocemente envelheceram e tiveram destruída a sua saúde, trabalhando na empresa, precisam de efetiva ajuda.

O Sr. Marcelo há de reconhecer que o problema não surgiu por acaso. Os trabalhadores dedicaram sua vida à empresa, trabalhando no interior da mina, e foram contaminados. Precisamos nos reunir para resolver a situação. Não adianta jogar a culpa nos outros.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 75

Digo em público que, como Delegado, respeito a postura do Sr. Marcelo, mas tenho de buscar o direito dos trabalhadores de forma séria e contundente. Por isso, acredito que não é nada demais o trabalhador doente pleitear uma indenização justa, pois dedicaram anos à empresa. Temos de garantir saúde aos trabalhadores que lá estão e erradicar essa doença terrível.

Obrigado, Deputados Ricardo Duarte, Jô Moraes e Doutor Viana, pela realização desta audiência. Buscaremos restabelecer a justiça, seja no Supremo Tribunal, no Governo Lula, ou numa discussão séria que teremos, como já disse, com os representantes da Morro Velho na semana que vem. Se for preciso rever o acordo, vamos fazê-lo. Na minha opinião, a indenização tem de ser justa e garantir futuro para vocês. Temos de restabelecer a saúde e a dignidade em Nova Lima. A dignidade dos trabalhadores é o mínimo que uma empresa como a Morro Velho, um Governo como o do Lula, um sindicato, uma Câmara Municipal e esta Assembléia têm de buscar.

Terei de me ausentar, mas a DRT está à disposição de vocês. Obrigado. (- Palmas.)

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Delegado Cláudio Calazans. Com a palavra, o Sr. Marcos Barbonaglia.

**O Sr. Marcos Barbonaglia da Silva** - Senhoras e senhores, algumas questões sobre o INSS foram apresentadas. Afirmando que o INSS interessa-se em acompanhar o trabalho dos seus profissionais,

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 76

especialmente dos médicos peritos. Realmente, há muitos questionamentos sobre esses profissionais.

O INSS não avalia simplesmente a doença. O importante é a incapacidade para a atividade laboral. Muitas vezes, a pessoa está doente, mas não incapacitada para exercer suas atividades. Então, o INSS não concede o benefício. Caso seja constatada a doença, deve-se retirar o trabalhador do ambiente que causa o problema, e não afastá-lo por incapacidade. Não afirmarei que não há distorções e equívocos, eles existem. Ao se constatar falha de algum médico ou de qualquer servidor do INSS, é dever do cidadão entrar em contato com a administração e fazer uma representação para atuarmos pontualmente na questão. Não adianta, por exemplo, o companheiro alegar aqui que há corrupção no INSS. Falar apenas não nos ajudará a atacar a questão. Precisamos dar nome aos bois e saber quem está lesando o patrimônio público, maltratando o trabalhador e não está cumprindo com o seu dever. A partir do momento em que tivermos esses elementos, garanto que os fatos serão apurados, e daremos outros rumos à Previdência. Portanto, repito, não adianta fazer denúncias vazias. Isso chega a ser irresponsabilidade. Quando denunciar, temos de falar quem, onde e como aconteceu o fato, para tomarmos as devidas providências. Obrigado. (- Palmas.)

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Sr. Marcos. Com a palavra, a Sra. Jandira, representante do Secretário de Saúde.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 77

**A Sra. Jandira Maciel da Silva** - Chegando às considerações finais, quero abordar dois assuntos. Primeiro, reiterar o compromisso da Secretaria de Saúde, da Coordenação de Saúde do Trabalho, de compor um grupo de trabalho para avançarmos na definição do diagnóstico dos casos de silicose, da sua intensidade e da incapacidade dos trabalhadores. Com certeza, isso ajudará na definição do valor da indenização.

Discutimos muito quanto vale a indenização, a doença e a sua incapacidade, que, sabemos, é irreversível. Mesmo após o afastar o trabalhador da exposição, a doença continua progredindo. Tudo isso tem de ser considerado. Quando estabelecemos o diagnóstico, temos de saber qual o grau atual de incapacidade, sem nos esquecer de que a incapacidade detectada evoluirá e, daqui alguns anos, estaremos diante de outra situação, com certeza mais acentuada.

Outro assunto importante é pensar onde buscar recursos financeiros. Sugiro que pensemos em buscá-los no Fundo de Apoio ao Trabalhador - FAT -, pois possui expressivos recursos e, com certeza, poderá contribuir nessa empreitada.

Finalizando, registro o problema dos trabalhadores de Nova Lima com relação às perícias médicas para fins indenizatórios. Há um enorme volume de trabalhadores cujo problema necessitamos resolver.

Não se trata de uma questão específica, pois todos os trabalhadores do Estado de Minas Gerais que entram na justiça

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 78

gratuita solicitando reconhecimento de algum agravo a sua saúde relacionado ao trabalho enfrentam esse tipo de problema.

Na Coordenação de Saúde do Trabalhador da Secretaria da Saúde, recebo de 5 a 10 solicitações semanais da justiça de Minas Gerais para a realização de perícia médica. Esse é um problema a enfrentar, e contamos com a ajuda desta Comissão, assim como da justiça do Estado para resolver a questão.

Espero que consigamos caminhar no que pertine às questões hoje aqui trazidas. Obrigada.

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Dra. Jandira. A Presidência anuncia a presença do Sr. Gentil Lúcio, silicótico, de 90 anos, um dos fundadores do sindicato da categoria.

Com a palavra, o Dr. Nicodemus de Arimathéa e Silva Júnior.

**O Sr. Nicodemus de Arimathéa e Silva Júnior.** - Em nome do Conselho Estadual de Saúde, lamento a ausência do nosso companheiro Conselheiro Guilherme Câmara, que coordenava a Câmara Técnica de Saúde do Trabalhador, tendo participado das atividades da comissão interinstitucional criada em novembro de 2002. A referida comissão, de duas secretarias, após sua criação, emitiu, em dezembro, um relatório em que se levantou a real necessidade de perícias médicas, sua complexidade, a contratação, a qualificação de profissionais por ela promovida através da FUNDACENTRO. Mas isso, infelizmente, novamente esbarrou no custeio, em quem pagaria a conta, e, em fevereiro de 2003, a Anglogold eximiu-se desse ônus, levando a

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 79

situação a verdadeira paralisia e conseqüente falta de andamento nessas questões.

Reiteramos a necessidade de um esforço institucional da Assembléia Legislativa, da Secretaria de Saúde, da FUNDACENTRO e do próprio Conselho, que nunca se afastaram dessa luta com as armas de que dispõem. Uma instituição com experiência e um certo pioneirismo na questão de perícia judicial é o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, havendo, em Belo Horizonte, a Central de Perícias do Foro de Belo Horizonte, que poderia ser chamada a ajudar a formular essa logística a fim de dar uma resposta satisfatória à questão.

Quanto aos recursos financeiros, poderiam ser em parte promovidos pelo FAT. Paralelamente, deveríamos insistir, como sociedade, no fato de que a empresa Anglogold, como qualquer outra que aqui é recebida pelas diferentes comunidades, não deixe numa situação de descalabro, miséria e sofrimento aqueles que explorou durante uma vida de trabalho, aliás a mais curta de um trabalhador. O lucro obtido pela empresa, ao longo de sua atividade mineradora, é suficiente para arcar com esse ônus e, justamente, por uma empresa que negou, em fevereiro de 2003, a intenção de esclarecer a realidade da população que reclama estar silicótica. Isso poderia ser provado, de maneira definitiva, por três ângulos de visão: o interesse do trabalhador, o interesse da empresa e o da justiça. E, entre os silicóticos, definir seu grau de incapacidade, de limitação, sendo a empresa responsabilizada pela sua reintegração no mercado de

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 80

trabalho. A questão básica é dignidade, como muito bem falou um mineiro que aqui fez seu relato. Nessa hora, dinheiro é secundário mas dignidade e respeito são fundamentais. O Conselho Estadual de Saúde é solidário para com essa comunidade. O poder público e as instituições têm obrigação de buscar a solução ou, pelo menos, remediar o sofrimento das vítimas, que se encontram no abandono, numa cidade que acolheu o interesse econômico, que acolheu o capitalista e, hoje, não pode responder sozinha pela assistência aos seus munícipes, vindo a esta Casa buscar o amparo de que necessita. Os componentes desta Mesa, com seus diferentes ângulos de visão, competência ou governabilidade, podem contribuir no processo. O Conselho Estadual de Saúde continuará atento. Obrigado.

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Nicodemus. Com a palavra, o Sr. José Antônio de Lacerda, Presidente da CUT.

**O Sr. José Antônio de Lacerda** - Companheiros, saúdo os ex-Presidentes de sindicatos pela unidade que representam, pois esta é a chave da nossa vitória. Além da unidade, há necessidade da mobilização em torno dos objetivos imediatos que desejamos conquistar. A CUT saúda a diretoria do sindicato e a compreensão dos companheiros, dos ex-Presidentes Ronaldo e Toninho. A CUT deseja construir uma outra alternativa para o futuro. É preciso aproveitaremos esse momento para que, junto com o INSS, o Ministério Público, a Delegacia do Trabalho, a Assembléia e a empresa, saíamos da situação que ora vivemos. Nesse consenso, poderemos ver esses

Código do documento:



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 81

companheiros sofridos numa melhor alternativa de vida, pensando também no futuro dos trabalhadores das minas. A CUT estará junto com os trabalhadores na importante luta que travam. Parabéns ao sindicato, aos companheiros. Com unidade e mobilização, mudaremos esse quadro desfavorável. Obrigado.

**O Sr. Presidente** - Obrigado. Com a palavra, o Vereador Otávio Freitas.

**O Vereador Otávio Freitas** - Em primeiro lugar, penitencio-me por ter pronunciado de forma equivocada o nome do Deputado Ricardo Duarte. Reitero a qualidade do Ministério Público, referindo-me especialmente à Dra. Jussara; à Dra. Andreza, à frente das questões de naturezas civis e ambientais do Município de Nova Lima; à Dra. Ivana, à frente da questão do patrimônio público; à Promotora de Belo Horizonte; ao grupo da Capital, Fernando Galvão, Jarbas Soares; enfim a todos que demonstram interesse e compromisso na defesa da sociedade.

De fato, existiu uma audiência pública que referendou esse acordo. O que não existiu foram os esclarecimentos devidos à categoria. Se perguntarmos a dezenas de trabalhadores mineiros se têm clareza absoluta relativamente ao acordo que assinaram e ao seu alcance, sem dúvida a resposta será "não". Não existiu e não existe o esclarecimento dessas questões, tanto que o acordo não alcança a questão da saúde ou, pelo menos, a da assistência à saúde de forma plena. Mais importante do que o ressarcimento pelos danos morais e

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 82

materiais é a garantia de condições à assistência à saúde e à gratuidade dos remédios a fim de que possam morrer com dignidade, coisa que não existe no Município de Nova Lima.

Não tenho dúvida de que, do ponto de vista legal, não é uma questão de saúde pública assim como não a tenho de que, do ponto de vista jurídico, não há o que ser feito porque o acordo está sacramentado, homologado, vencido o prazo, inclusive para ações de nulidade. Se me fechar apenas à questão legal, não terei condições de trabalhar por um futuro melhor. Por isso, temos de estabelecer questões de saúde pública tanto municipal como estadual, cobrando do INSS as ações regressivas e exigindo da empresa o ressarcimento ao erário público de valores correspondentes a despesas que não eram de nossa obrigação.

Digo ao caro Toninho que quando fiz afirmações de convivência, fi-lo em relação ao poder público municipal, Prefeitura e Câmara Municipal, e as reitero porque, de fato, o Sr. Prefeito não está aqui presente, mas esteve aqui ontem para defender os interesses do setor produtivo minerário na exploração de Capão Xavier, um projeto tão complexo e que pode causar sérios danos ao abastecimento público não só de Nova Lima como também de Belo Horizonte e demais municípios.

Em relação a Morro Velho, não tenho a menor sombra de dúvida de que é a primeira e principal responsável pelo drama por que passam essas pessoas. Faço essa declaração de forma tranqüila porque

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 83

sou fruto de movimento social ambiental e tenho diversos embates com a Morro Velho, seja no que se refere ao silicótico, à contaminação por arsênio, às questões da mina d'água e a todo e qualquer licenciamento ambiental. Em nenhum momento disse que houve má-fé ou tentativa de dividir o movimento, mas não consigo acreditar na solução desse problema, que se iniciou em 1987, há quase 20 anos, se não aprimorarmos as outras instituições. A Morro Velho há de se aprimorar, definir, implantar e concretizar uma política que beneficie os seus trabalhadores e não apenas privilegie o lucro. Mas o sindicato e todos os setores envolvidos terão de ter uma postura de informações mais claras em relação a acordo e pós-acordo. É inconcebível que o Sindicato da categoria encaminhe uma carta à justiça de Nova Lima pedindo que os processos judiciais sejam suspensos porque eles se encontram em fase de negociação. Sou advogado especialista na área de direito do trabalho e creio que quanto mais andar o processo mais condições de acordos propícios teremos. Mas há processos em Nova Lima que ficaram parados por mais de 1 ano e meio a pedido do próprio sindicato, não se informando nem o nome dos que entraram com ação posterior. As pessoas procuram o sindicato, entram com uma ação, e as ações não são sequer distribuídas, ou, se o são, a empresa não é citada porque existe um pedido do próprio sindicato solicitando que não caminhem. E quanto mais o tempo passa, maior a tendência de o trabalhador fazer um mau acordo, não ter ressarcidos seus prejuízos e não garantir sua saúde.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 84

Há, aliás, agenciamento de novas ações já prescritas. Até aqueles trabalhadores mineiros que não têm sequer o prazo de 20 anos estão sendo convidados a entrar com novas ações. E qual o intuito disso?

Finalmente, há necessidade do aprimoramento do movimento sindical, do resgate da luta pelos direitos não apenas salariais, mas sociais, não entrando na lógica do assistencialismo e clientelismo. E trago um exemplo claro: a convenção coletiva dos trabalhadores dessa categoria. Enquanto a Constituição Federal nos garante o adicional de periculosidade de forma integral, o sindicato, através de uma negociação coletiva, acordou sua proporcionalidade. Ainda que se pudesse admitir que, por via de negociação coletiva, pudéssemos superar aqueles direitos péticos da Constituição Federal, e o de saúde do trabalhador é um deles, é inconcebível que o sindicato abra mão das prerrogativas constitucionais, mesmo se houvesse um ganho social, econômico e salarial nas convenções, o que não existe. É uma opção política perigosa, mas não podemos, para resolver o problema, apenas ver um lado. É preciso ver todos os lados e tentar aprimorá-los, inclusive o poder público municipal, seja a Prefeitura, que nunca atuou em defesa dos trabalhadores, e sim em defesa do setor produtivo, seja a Câmara Municipal de Nova Lima. Um exemplo é que aprovamos um requerimento de minha autoria para tratar da questão dos trabalhadores em audiência pública, e ele está engavetado; essa audiência não acontecerá.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 85

O **Sr. Presidente** - Com a palavra, o Sr. Marcelino Antônio Edwirges.

O **Sr. Marcelino Antônio Edwirges** - Fico muito espantado quando o nobre Vereador diz que "acompanha". Esse processo está em debate desde 1949, e não 1987. Caro Vereador, às vezes, o que é ruim hoje, pode ter sido bom ontem. As coisas mudam. (- Palmas.) Queria que a empresa, a principal causadora desse problema, fizesse o que fez em 1949, quando deu casa para as pessoas doentes. Hoje não; o dinheiro que está em debate não dá para comprar nem um terreno. Alguma coisa deveria ser feita, e não haverá, por parte dessa direção, nenhum ataque aos outros dirigentes sindicais recentes ou de 1949.

Parabéns ao senhor, que está aqui defendendo a classe, mas essa luta é muito mais antiga. Onde estava a Câmara Legislativa? Parabéns para o senhor, mas não façam ataques a mim, pois vejo que sou o prato do dia. Quando foi feito o acordo, teria sido melhor se estivesse presente em todas as audiências a Promotora, para esclarecer. Temos fotos, fitas. Todos os presentes poderão falar; o sindicato nunca forçou ninguém a fazer acordo. Era opcional. Todas as decisões do sindicato são tomadas dessa maneira; não enganamos ninguém. Existe alguém que o sindicato foi buscar para fazer acordo? Não existe.

Caro Vereador, quando o senhor se referir a essa entidade, seja essa ou outra, peço respeito, por favor. Não estamos aqui  
Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 86

brincando. Não devemos nada a ninguém. Na CPI, estava aqui de peito aberto e quase fui agredido, mas entendo a situação dessas pessoas. Estão jogadas à própria sorte. O culpado não é Marcelino, nem Toninho, nem Veloso. É a empresa, que há quase 200 anos explora nossa região. Não sou culpado disso; só queremos justiça. Todos sabem que ninguém foi obrigado a fazer acordo. Se a empresa quiser fazer acordo de forma digna, muitos aceitarão. Aqueles que não aceitarem terão acompanhamento do sindicato, seja na área de saúde, seja na área jurídica. Só estou fazendo um desabafo em nome de todos os outros dirigentes do sindicato.

O Sindicato dos Mineiros foi um dos sindicatos mais importantes do Brasil. Senti-me honrado quando esta Casa, há pouco tempo, através da Deputada Jô Moraes, reconheceu não a situação do Marcelino, mas do movimento sindical de Nova Lima, dessas pessoas que saíram a pé de Nova Lima até Belo Horizonte para defender im adicional de insalubridade. O senhor disse que não está em discussão a periculosidade. Em 1986 era melhor; hoje pode não ser. Mas, para tomar decisões, preciso consultar a base, como sempre fizemos. Não é decisão do Marcelino, apesar de haver assumido o sindicato em junho de 2001. Os companheiros que ali estão não ouvirão de minha parte uma palavra sequer para denegrir a atuação deles na defesa do trabalhador. Onde houver trabalhador, estaremos juntos, não haverá divergência.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 87

No passado, a Mineração Morro Velho foi mais justa, porque ao menos deu casa para os 300 diagnosticados em 1999. Hoje, ela dá uma banana. Vou cobrar do Conselho Regional de Medicina atuação, pois existem mais de 25 denúncias contra médicos que, no meu entendimento, não são confiáveis. Ninguém está questionando sua competência, mas não confiamos. Quando digo nós, falo desse povo todo que está aqui e lá fora. (- Palmas.)

Concordo com os órgãos públicos; eles não têm obrigação de encobrir as mazelas da Mineração Morro Velho, oriundos de incompetência ou até de culpa. Mas isso não exime a empresa da responsabilidade. Quem adoeceu foi a Mineração Morro Velho. Há várias viúvas aí fora que deixaram de fazer o almoço para o filho que está trabalhando para vir defender o direito delas. Não queremos atacar nenhum órgão público; precisamos deles como parceiros.

Desconheço se existem irregularidades em Nova Lima, como o companheiro disse. Não estamos aqui para fazer política; queremos o INSS, a Assembléia Legislativa e a CUT como parceiros. Se assim já está difícil, se forem inimigos ficará impossível. Queremos justiça e, se Deus quiser, teremos. O sindicato não é o culpado disso, podemos ter errado, mas no momento é a melhor coisa a ser feita. Espero que esta Casa nos ajude, mas se não resolver, vamos para a praça pública pedir dinheiro, vamos levar o mesmo número de pessoas a Brasília, e vamos ficar na porta do Presidente. Não queremos desunião; o sindicato está de portas abertas para quem não quiser

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 88

fazer politicagem com a desgraça alheia. Não vamos abrir nossas portas para politiquinhos. Estamos pedindo socorro. A CPI foi de excelente qualidade; houve decisões importantes. Queremos que a Mineração Morro Velho cumpra o objetivo para o qual foi criado o centro. Queremos o centro, sim, mas para cuidar dos milhares de doentes, e não para fazer perícia judicial, com o médico do centro de pneumologia assinando um laudo num papel timbrado da Mineração Morro Velho, claramente comprometido com a empresa. Não confiamos nessa equipe; se quisesse assinar, que o fizesse com o timbre do centro, mas nem isso o filho de uma égua fez! Nem isso! Obrigado e desculpe a exaltação.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, para considerações finais, o Deputado Doutor Viana.

**O Deputado Doutor Viana** - Estamos aqui nessa reflexão de que temos um passivo, um presente, e precisamos construir um futuro melhor. A Comissão e a Frente Parlamentar de Saúde, que irão representar a Assembléia, a DRT, o INSS, a FUNDACENTRO, as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, o sindicato, a AngloGold e o Ministério Público, todas as entidades deverão estar presentes para discutir esse projeto, envolvendo o passivo, o presente e o futuro dos trabalhadores, não só de Nova Lima, mas do Estado e do País. A responsabilidade não pode ser transferida para a saúde pública; a empresa tem responsabilidade, mas não podemos fazer vistas grossas. Devemos estar atentos, fiscalizando e acompanhando o Código do documento:



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 89

cumprimento das necessidades, para a melhoria do estado de saúde irreversível dos silicóticos.

Quanto a segurança, houve melhoria nos últimos anos. Não estou defendendo a empresa; essa melhoria é normal e deve continuar. A segurança e as outras condições de trabalho na mineradora devem ser melhoradas. Estaremos sempre cobrando da Anglogold, que hoje administra a Mineração Morro Velho. Fazemos um apelo ao Dr. Marcelo, para que leve à diretoria, de uma maneira sensível, a questão dos remédios, tão reclamada aqui e veja o que pode ser feito para atender essas pessoas, que sabem que morrerão com silicose.

Melhorar o atendimento do Centro de Referência em Pneumologia também não custará muito; com um pouco de criatividade e dedicação, ele pode ser melhorado. Verificaremos como estão acontecendo as atividades no centro e levaremos sugestões. Esse grupo de estudos fará um projeto.

É importante cobrar do INSS. Se realmente estiver acontecendo o que foi denunciado, a situação é grave.

Também cobraremos do CRM se os médicos estão indo contra o seu juramento e fornecendo laudos falsos. Isso é grave. Sou médico e não imagino que isso esteja acontecendo. Se for verdade, o CRM, a Associação Médica, esta Comissão e a frente parlamentar cobrarão ações mais intensas, porque essas coisas não podem acontecer.

O restabelecimento da justiça foi o aspecto mais discutido aqui. Esta audiência pública foi muito válida. Devemos buscar o Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 90

alívio para o sofrimento de muitos mineradores doentes, como o de um senhor de 90 anos, e corrigir as injustiças. Não fazemos mais que a nossa obrigação. Vamos nos unir nessa luta. Obrigado.

**O Sr. Presidente** - Agradecemos ao Deputado Doutor Viana e passamos a palavra à Deputada Jô Moraes.

**A Deputada Jô Moraes** - Em primeiro lugar, é importante falar do que motivou a realização desta audiência. Temos consciência da dimensão do problema. Essa luta dos trabalhadores já não é de hoje e não tem curto prazo para ser encerrada. Esse é mais um passo na recuperação das condições de trabalho dos operários da mina de Morro Velho. O sentido geral é esse. Continuaremos permanentemente ajudando na luta e na construção de melhores alternativas.

Em segundo lugar, discutir a necessidade de ampliação da fiscalização para controlar e erradicar a silicose em Minas e particularmente na AngloGold. É preciso avaliar o nível de cobertura da assistência à saúde dos portadores da doença. O testemunho do Sr. Teonídio nos deixa muito preocupados. Devemos atentar especialmente para o processo do centro de referência.

Em terceiro lugar, acompanhar e controlar o acordo feito e as suas condições. Diferentemente de outras pessoas, diria a vocês que tal acordo pode ser refeito, caso as duas partes considerarem que é importante. Isso não é a legalidade, foi feito de uma vez e nunca mais se muda. Ela é a vida que determina e a consciência de que existe um problema humano a ser enfrentado. Acredito que a gente

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 91

parte dessa idéia, respeitando o acordo estabelecido a partir deste momento, mas a luta, a fiscalização, o controle e a disposição da empresa de sinalizar que se arrepende das práticas anteriores podem indicar um novo entendimento. É importante compreendermos essas questões.

Em quarto lugar, garantir a realização de exames periciais para aqueles que entraram na justiça. O Presidente apontará as pessoas que farão a perícia e em que condições.

Em quinto lugar, em que pese a considerar fundamental que a empresa assuma a responsabilidade da perversa herança deixada, não tiro a responsabilidade dos níveis do Governo de criarem programas de apoio a uma população que foi atingida na sua totalidade, como a de Nova Lima. Então, é preciso que nós, parlamentares, façamos uma discussão em conjunto com os Governos Federal, Estadual e Municipal para verificar as condições e os programas a serem executados para reduzir o sofrimento do povo, mesmo considerando a Anglogold a principal responsável. Essa consciência não ameniza o doloroso cotidiano do povo de Nova Lima, sobretudo da família mineira.

Em sexto lugar, verificar a obtenção de recursos do FAT, para que possamos encaminhar esses programas. Foram levantadas algumas questões que não estavam na pauta, referentes às diferenças que, devido ao movimento sindical, é normal. Não é nesta plenária, a CUT está aí e pode convocar uma reunião. Esta Comissão se dispõe a fazer uma reunião para unificar os trabalhadores. Os que estão lá

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 92

fora e aqui dentro não se interessam por nossas diferenças, mas pela nossa união para resolver o problema. A vida dos trabalhadores é dura, e eles só têm dois instrumentos para melhorá-la: a luta e a unidade. Já as empresas têm muitos, como poder, mídia e uma série de outras coisas. Na frente do patrão, o trabalhador não se divide. É por isso que estamos juntos com vocês. A presença dos ex-Vice-Presidentes Toninho, Veloz(?) e Ronaldo é muito importante. Faço minhas as palavras do Ronaldo. Minhas diferenças ficam no sindicato. Aqui é o espaço de conquista, a luta para melhorar as condições e diminuir o tão doloroso sofrimento da família mineira. Obrigada.

**O Sr. Presidente** - A Comissão de Saúde, no esforço de realizar esta audiência pública, não quer ser apenas protagonista. Queremos nos empenhar, para que seja encontrada a solução definitiva para o caso da Mineração Morro Velho. Além das conversas que tivemos com o Calazans, que já iniciou um debate com a diretoria da empresa, lerei vários requerimentos desta Comissão, para que possam ser votados brevemente.

(- Lê requerimentos solicitando ao Ministério do Trabalho e ao Governo do Estado a constituição de uma força-tarefa para fiscalizar os mecanismos de controle das doenças profissionais dos trabalhadores da mina de Morro Velho, a situação de ações judiciais, o cumprimento de acordos e o planejamento de ações que garantam a realização de exames médicos periciais; que essa Comissão discuta uma forma adequada para encaminhar e resolver a questão dos exames

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde**  
**da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**  
**11/03/2004 - 09h30min**

Pág.: 93

médicos periciais com a justiça mineira; que essa Comissão realize audiência pública na cidade de Nova Lima na segunda quinzena de junho de 2004 para avaliar o andamento dos processos de doença dos trabalhadores da mina de Morro Velho; que esta Comissão peça à Superintendência Estadual do INSS informações referentes aos processos de solicitação de perícias médicas dos trabalhadores da mina de Morro Velho; que se oficie ao Ministério Público pedindo a reavaliação dos ex-empregados da Mineração Morro Velho com suspeita de terem contraído silicose, e que essa reavaliação seja realizada por profissionais não vinculados a essa empresa; que o CRM informe se foi instaurado e o estágio de tramitação do processo do médico Sílvio Mosmam.)

Esses requerimentos serão votados na próxima reunião ordinária desta Comissão.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados e dos convidados, convoca os membros desta Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.